** **

**Modelos e Orientação do Força-Tarefa do GCF: Janela B**

[FOLHA DE ROSTO]

**Informações Gerais**

Jurisdição: Amazônia Legal

Título do projeto: Destravando e Alavancando o Desenvolvimento de Baixas Emissões

Data de início proposta: 4º quadrimestre de 2021

Duração proposta (sugere-se que não exceda 24 meses): 16 meses

Total solicitado em USD (mínimo $500.000,00): USD 1.799.740

**Dados de contato da jurisdição - Acre**

Nome do contato: José Luiz Gondim dos Santos

Título: Diretor Presidente da CDSA

Departamento: Companhia de Desenvolvimento e Serviços Ambientais do Acre (CDSA)

Endereço: Rua Benjamin Constant, 856 – Centro, Rio Branco – AC, CEP: 69900-160

Telefone: +55 68 8107-7027

E-mail: Gondim.adv@gmail.com

**Detalhes de contato do parceiro**

Nome do contato: Elsa Mendoza

Título: Pesquisadora

Organização: Earth Innovation Institute (EII)

Endereço: Rua dourado 142 - Conjunto Tangará, Rio Branco – AC, CEP: 69915-002

Telefone: +55-68-99991-4060

E-mail: emendoza@earthinnovation.org

**Dados de contato da jurisdição - Amapá**

Nome do contato: Mariane Nardi

Título: Analista de Meio Ambiente

Departamento: Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA-AP)

Endereço: Av. Mendonça Furtado, 53 - Central, Macapá - AP, CEP: 68900-060

Telefone: +55 (96) 4009-9474/4009-9450/99134-1448

E-mail: [marianenardi@gmail.com](mailto:marianenardi@gmail.com) / [gabinete.sema.ap@gmail.com](mailto:gabinete.sema.ap@gmail.com)

**Detalhes de contato do parceiro**

Nome do contato: Maurício Bianco

Título: Líder Interino da CI-Brasil e Diretor de Desenvolvimento e Comunicação

Organização: Conservação Internacional do Brasil (CI-Brasil)

Endereço: Av. Rio Branco, 131, 8º andar – Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20040-006

Telefone: +55 (21) 96834-0130

E-mail: [mbianco@conservation.org](mailto:mbianco@conservation.org)

**Dados de contato da jurisdição - Amazonas**

Nome do contato: Luzia Raquel Queirós Rodrigues Said

Título: Secretário Executivo

Departamento: Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-AM)

Endereço: Alameda Rio Negro, 35 - Parque 10 de Novembro, Manaus - AM, CEP: 69050-560

Telefone: +55 (92) 3659-1821

E-mail: [secex@sema.am.gov.br](about:blank)

**Detalhes de contato do parceiro**

Nome do contato: Victor Salviati

Título: Superintende de Inovação e Desenvolvimento Institucional

Organização: Fundação Amazônia Sustentável (FAS)

Endereço: R. A, 351 - Parque Dez de Novembro, Manaus - AM, CEP: 69055-660

Telefone: +55 (92) 4009-8900

E-mail: [victor.salviati@fas-amazonas.org](mailto:victor.salviati@fas-amazonas.org)

**Dados de contato da jurisdição - Mato Grosso**

Nome do contato: Alex Sandro Marega

Título: Secretário Executivo

Departamento: Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA-MT)

Endereço: Palácio Paiaguás - Rua C, Cuiabá - MT, CEP: 78049-913

Telefone: +55 (65) 3613-7258

E-mail: [alexmarega@sema.mt.gov.br](about:blank)

**Detalhes de contato do parceiro**

Nome do contato: Alice Thuault

Título: Diretora Adjunta

Organização: Instituto Centro de Vida (ICV)

Endereço: R. Américo Salgado, 1890 – Santa Helena, Cuiabá - MT, CEP: 78045-055

Telefone: +55 (65) 3621-3148

E-mail: [alice@icv.org.br](mailto:alice@icv.org.br)

**Dados de contato da jurisdição - Maranhão**

Nome do contato: Diego Rolim

Título: Secretário de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão - SEMA

Departamento: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais

Endereço: Av. dos Holandeses, 04, Quadra 06, Edifício Manhattan - Calhau, São Luís - MA, CEP: 65071-380

Telefone: +55 (98) 3194-8900

E-mail: diego.rolim@sema.ma.gov.br

**Detalhes de contato do parceiro**

Nome do contato: André Loubet Guimarães

Título: Diretor Executivo

Organização: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Endereço: Comércio Local Norte, 211, Bloco B, Salas 201 / 203 / 204. Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70863-520

Telefone: +55 61 996774353

E-mail: [a.guimaraes@ipam.org.br](mailto:a.guimaraes@ipam.org.br)

**Dados de contato da jurisdição - Pará**

Nome do contato: Raul Protázio Romão

Título: Secretário Adjunto de Recursos Hídricos e Gestão do Clima

Departamento: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS-PA)

Endereço: Tv. Lomas Valentinas, 2717 - Marco, Belém - PA, CEP: 66093-677

Telefone:

E-mail: [raul.romao@pge.pa.gov.br](about:blank)

**Detalhes de contato do parceiro**

Nome do contato: Francisco Carlos Guedes da Fonseca

Título: Gerente da Estratégia de Pecuária Sustentável

Organização: The Nature Conservancy (TNC)

Endereço: Av. Nª Sra. de Nazaré, 280 - Nazaré, Belém - PA, CEP: 66035-170

Telefone: +55 (91) 4008-6216

E-mail: [ffonseca@tnc.org](mailto:ffonseca@tnc.org)

**Dados de contato da jurisdição - Rondônia**

Nome do contato: Julie Messias

Título: Coordenadora de Florestas Plantadas

Departamento: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM)

Endereço: Av. Farquar, 2986, Edifício Rio Cautário, Curvo 2, 2º andar - Pedrinhas, Porto Velho - RO, CEP: 76801-470

Telefone: +55 (68) 9226 0812

E-mail: [juliemessias@gmail.com](mailto:juliemessias@gmail.com)

**Detalhes de contato do parceiro**

Nome do contato: Beto Mesquita

Título: Diretor de Política e Relações Institucionais

Organização: Instituto BVRio

Endereço: Rua Voluntários da Pátria, 45, Sala 1003 - Botafogo, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22270-000

Telefone: +55 (21) 9 8151 0770

E-mail: [beto.mesquita@bvrio.org](mailto:beto.mesquita@bvrio.org)

**Dados de contato da jurisdição - Roraima**

Nome do contato: Ionilson Sampaio de Souza

Título: Presidente da FEMARH

Departamento: Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Endereço: Avenida Ville Roy, 4935 - São Pedro, Boa Vista - RR, CEP: 69306-665

Telefone: +55 (95) 2121-9190

E-mail: gab.femarh@gmail.com

**Detalhes de contato do parceiro**

Nome do contato: André Loubet Guimarães

Título: Diretor Executivo

Organização: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Endereço: Comércio Local Norte, 211, Bloco B, Salas 201 / 203 / 204. Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70863-520

Telefone: +55 61 996774353

E-mail: [a.guimaraes@ipam.org.br](mailto:a.guimaraes@ipam.org.br)

**Dados de contato da jurisdição - Tocantins**

Nome do contato: Marli Teresinha dos Santos

Título: Diretora de Instrumentos de Gestão Ambiental

Departamento: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

Endereço: Praça dos Girassóis, esplanada das Secretarias, s/n, Palmas - TO, CEP: 77001-002

Telefone:

E-mail: [marli.santos@semades.to.gov.br](about:blank)

**Detalhes de contato do parceiro**

Nome do contato: Elsa Mendoza

Título: Pesquisadora

Organização: Earth Innovation Institute (EII)

Endereço: Rua dourado 142 - Conjunto Tangará, Rio Branco – AC, CEP: 69915-002

Telefone: +55-68-99991-4060

E-mail: emendoza@earthinnovation.org

Resumo da Proposta

[**1.** **Fundamentação** 5](#_Toc29899488)

[1.1. Resumo 5](#_Toc29899489)

[1.2. Contexto 5](#_Toc29899490)

[**2.** **Enfoque** 5](#_Toc29899491)

[2.1. Vínculo com a Janela A 5](#_Toc29899492)

[2.2. Inovação 6](#_Toc29899493)

[2.3. Teoria da Mudança 6](#_Toc29899494)

[2.4. Objetivos e Resultados Esperados 7](#_Toc29899495)

[2.5. Orientação sobre o desenvolvimento de atividades, indicadores e metas baseadas no gênero 8](#_Toc29899496)

[2.6. Descrição das Atividades 10](#_Toc29899497)

[2.7. Plano e Cronograma de Implementação 11](#_Toc29899498)

[2.8. Questões Transversais 12](#_Toc29899499)

[**3.** **Riscos, Monitoramento e Avaliação** 14](#_Toc29899500)

[3.1. Gestão dos Riscos 14](#_Toc29899501)

[3.2. Monitoramento 14](#_Toc29899502)

[3.3. Sustentabilidade dos Resultados 14](#_Toc29899503)

[**4.** **Capacidade do Parceiro** 15](#_Toc29899504)

[**5.** **Disposições Institucionais** 15](#_Toc29899505)

[6. **Finanças** 16](#_Toc29899506)

[6.1. Parcerias Financeiras 16](#_Toc29899507)

[6.2. Orçamento 16](#_Toc29899508)

[***ANEXO 1 : Gestão dos Riscos e Impactos Sociais e Ambientais relacionados à Proposta de Financiamento*** 17](#_Toc29899509)

## **Fundamentação**

### Resumo

Com vistas a alcançar a integração e intercambio regionais por meio da adoção de medidas efetivas para a redução e prevenção do desmatamento ilegal, a interação de ações locais e estratégias conjuntas entre os estados da Amazônia Legal é uma prioridade. A implementação de iniciativas em cooperação entre os governos estaduais e instituições da sociedade civil tem ocorrido com sucesso nos níveis locais, a exemplo dos resultados do edital Janela A da Força Tarefa GCF. Portanto, a continuidade de tais iniciativas bem-sucedidas representa um caminho com garantias de resultados, entretanto pulverizadas. Esta proposta regional, portanto, tem o objetivo de apoiar a aderência e a habilitação dos estados da Amazônia no mecanismo (coalizão) “Lowering Emisions by Accelerating Forest Finance (LEAF), por meio de dois componentes: (#1) aderir ao padrão ART/TREES v2 e (#2) acessar o mecanismo (coalizão) LEAF. A proposição das atividades tem como perspectiva a co-implementação em um arranjo de sete instituições parceiras, durante 16 meses, em parceria com os estados e atores locais relevantes para (i) habilitação dos estados ao padrão ART/TREES v2 e (ii) adesão ao mecanismo LEAF. Dessa forma, a proposta regional deve contribuir com o fortalecimento de ações estruturantes para o combate ao desmatamento e às queimadas, além do fortalecimento de soluções produtivas de baixas emissões e da consolidação de rotas de financiamento regional.

### Contexto

A Amazônia Legal, é uma região delimitada no Art. 2° da [Lei Complementar N.º 124, de 03.01.2007](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp124.htm), que tem mais de 500 milhões de hectares cobrindo os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão (59% do território nacional) ([IBGE, 2019](https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e)).

Nos últimos três anos, a região tem sido alvo de crescente pressão sobre a floresta. Em 2019 registrou-se 10.129 km² de desmatamento na Amazônia Legal, com aumento da área desmatada em 2020, totalizando 11.088 km² como dado preliminar a ser validado (INPE, 2020). Os aumentos dos episódios de queimadas também têm representado fator alarmante: 69.527 focos até agosto de 2020, um recorde desde 1998 (INPE, 2020). Projeções de desmatamento apresentam cenários mais desafiadores para a próxima década[[1]](#footnote-1), levando a Amazônia mais próxima ao seu ponto de colapso ecológico[[2]](#footnote-2).

Os aumentos na taxa de desmatamento representam um fator de risco para projetos e ações no geral que parte da premissa de reduções progressivas no desmatamento para a geração de impactos efetivos e duradouros. No entanto, é justamente no contexto de desafios para a redução do desmatamento que esta proposta se insere. Ao promover ações em esforços coordenados entre os Estados da Amazônia Legal, com a finalidade de torna-los elegíveis à Padrões como o “REDD+ Excellency Standard (TREES)” e aderentes à Coalizão “Lowering Emisions by Accelerating Forest Finance (LEAF)”, certamente esforços para pactuar, planejar e priorizar ações efetivas para o combate ao desmatamento são elementos basilares para viabilização da finalidade principal e perpassam as etapas de implementação da proposta. Sobretudo, ressalta-se também a importância do apoio do PNUD no assessoramento aos Estados para fortalecer suas capacidades no uso da ferramenta do LEAF.

Ressalta-se ainda que três estados da Amazônia Legal (Amapá, Maranhão e Tocantins) já iniciaram previamente articulações preliminares para elegibilidade ao referido Padrão TREES. Todos os estados estão avançando no processo de qualificação para atender aos requerimentos do Padrão. Observe-se que não se trata somente da elaboração de documentos técnicos, mas de decisões políticas, administrativas e institucionais correlatas às exigências. O apoio das atividades incluídas pelos Estados na Janela B é essencial neste processo. Ademais, vale destacar que a abordagem de trabalhar a temática do desmatamento e as condicionantes e oportunidades no contexto político, jurídico e institucional é estratégico para tornar todos os Estados elegíveis a padrões rigorosos como o TREES, o que invariavelmente representa potenciais avanços no combate ao desmatamento ilegal.

Com isso esclarecido, vale destacar ainda que os principais vetores do desmatamento ilegal na última década são: grilagem de terras, pecuária extensiva e não sustentável e grande infraestruturas[[3]](#footnote-3), tendo como agentes grileiros e fazendeiros (médios e grandes).

Este contexto tem comprometido o papel da Amazônia no balanço climático e meteorológico regional e global: produzindo chuva para o centro-sul brasileiro, irrigando lavouras e enchendo reservatórios de grandes centros urbanos, a biodiversidade que ainda não foi descoberta pela ciência, abrigando mais de 400 etnias indígenas originárias que vivem e manejam o território há mais de 10 mil anos.

Portanto, é necessário rediscutir o paradigma conservação ambiental, direitos dos povos originários e desenvolvimento socioeconômico na Amazônia por meio do mercado de carbono de REDD+. E esta discussão passa pela necessidade de alinhar e fortalecer redes e pactos entre os mais diversos setores: órgãos dos estados, ministérios, ONG academia e setor privado e produtivo.

Esta proposta, liderada pela Fundação Amazônia Sustentável, tem como objetivo: atender aos principais requerimentos para a elegibilidade dos Estados da Amazônia Legal para acesso ao Padrão ART/TREES. Diversos estados da Amazônia Legal têm seus arcabouços climáticas e de serviços ambientais consolidados. É preciso, então, reconhecer abordagens jurisdicionais e ter reduções de emissões efetivas alinhadas com acordos bilaterais, domésticos e o artigo 6º do Acordo de Paris.

Dessa forma, esta proposta desenvolverá rotas efetivas de financiamento via REDD+ (mercado de emissões e pagamento por resultados) com o objetivo de reduzir emissões no curto prazo e pavimentar trajetórias em baixas emissões no médio e longo prazos.

## **Enfoque**

### Vínculo com a Janela A

Os resultados da Janela A são alinhados com a [Declaração de Rio Branco](https://earthinnovation.org/wp-content/uploads/2014/10/RioBrancoDeclaration_EN.pdf) e complementares à estratégia de combate ao desmatamento ilegal, incêndios florestais e outros ilícitos ambientais dentro do contexto de fomentar estratégias jurisdicionais robustas e planos de investimentos para redução das emissões e promover o desenvolvimento em baixas emissões. Cada Estado, e seu respectivo parceiro, atingiram resultados significativos, destacando-se:

1. Fortalecimento de sistemas de salvaguardas via fiscalização e inserção de produtos da floresta em mercados;
2. Avanços em regulamentações climáticas e de serviços ambientais para fortalecer arcabouço jurídico; e
3. Fomento a projetos inovadores de REDD+ integrados com produção sustentável;
4. Ampliação dos fóruns de discussão para aumentar a participação de atores relevantes.

Existe uma relação direta e causal entre as Janelas: os avanços nos marcos regulatórios de REDD+, e a partir do surgimento do Padrão ART/TREES em 2020, foram adicionados novos elementos à discussão regional sobre o desenvolvimento dos sistemas jurisdicionais de mudança do clima, tanto no que se refere aos arranjos jurídicos e institucionais, quanto às reais oportunidades de captação de recursos do mercado de carbono de REDD+. Embora esteja vigente no Brasil um sistema de pagamento por resultados regulamentado pela CONAREDD+, o Padrão ART/TREES e a possibilidade de efetivar transações com o setor privado, trouxe novas variáveis que podem requerem ajustes no marco jurídico e institucional, inicialmente idealizados na implementação dos Projetos da Janela A.

Deve-se destacar que o advento da chamada da Coalizão LEAF (Reduzindo Emissões por meio da Aceleração de Financiamento Florestal) elevou as discussões e análises em relação à elegibilidade institucional nos Estados para o âmbito jurídico, sendo que o ajuste do marco jurídico e a definição dos arranjos institucionais específicos são condições que se não cumpridas não permitirão aos Estados assinar Contratos de Compra de Reduções de Emissões e ainda menos de ter acesso à receita da venda dos CREs.

Os resultados e impactos da Janela B, será conduzido por uma proposta regional sólida, robusta e integrada entre os estados e parceiros para (i) promover a estruturação de rotas de financiamento regionais em consonância com o Padrão ART-TREES, em ambientes seguros, respeitando salvaguardas socioambientais para financiamentos em REDD+ e (ii) formar pactos, marcos e estratégias para alavancar o desenvolvimento de baixas emissões. Neste sentido, tem-se como premissas para o desenvolvimento de baixas emissões a negociação em ambiente seguro, com a orientação estratégica de fortalecer as oportunidades de acesso à mercados de carbono, integrando esforços de programas existentes em uma estratégia coesa entre os Estados.

### Inovação

Esta proposta tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento, a implementação e a adequação de planos subnacionais e nacional de combate ao desmatamento ilegal e queimadas a fontes de financiamentos por meio do processo de habilitação dos estados da Amazônia Legal para acessar padrão ART/TREES nos aspectos técnicos, institucionais e jurídicos sem considerar as salvaguardas.

A abordagem inovadora está em três aspectos: arranjo institucional, estratégia integrada e legado.

O arranjo institucional é composto por uma rede de oito organizações da sociedade civil, lideradas pela FAS, alinhadas com os nove estados da Amazônia Legal e facilitado pelo GCF-Brasil. Este arranjo tem papéis e responsabilidades definidas de maneira colaborativa, com instância de decisão com as secretarias de meio ambiente de cada estado, facilitadas pelo GCF-Brasil. Por meio de ferramentas de gestão colaborativas, esta rede público-privada permite construir e contribuir com políticas e programas públicos para o desenvolvimento em baixas emissões na região, tanto estaduais quanto federais. A motivação do referido arranjo, tem como elemento central a soma de capacidades construídas ao longo dos últimos anos nos Governos Estaduais, agregando contribuições das organizações da sociedade civil dada a riqueza de experiências vivenciadas por tais organizações na implementação de programas e projetos de baixas emissões nos estados, e as políticas e programas do Governo Federal. A interação franca e técnica entre os Estados, parceiros, Governo Federal, parceiros multilaterais e potenciais doadores é mandatória e será implementada por meio de uma governança clara e leve (ver abaixo em *Parcerias*).

A estratégia integrada está explícita no Componente #3 (atender às condicionantes institucionais e jurídicas de caráter nacional e jurisdicional aplicáveis à natureza das transações previstas), por meio de ações priorizadas pelos Estados no conceito de “aninhamento” seguindo diretrizes orientadoras.

Essas ações locais adaptadas gerarão redução efetiva e estruturante de desmatamento e consequente desenvolvimento de baixas emissões. Isso, em um contexto de REDD+ jurisdicional regional e de ambientes favoráveis para incentivos e investimentos através do acesso ao padrão ART/LEEF, o que permitirá o fluxo financeiro aos Estados para reinvestirem em ações locais adaptadas e relacionadas. Tudo isso dentro de um arcabouço e alinhamento regionais de ações de desenvolvimento de baixas emissões. Questões técnicas e metodológicas sobre REDD+ (e.g., contabilidade, vazamento e não-permanência) serão definidas seguindo o padrão internacionalmente reconhecido (e.g., ART/TREES), regulamentos e boas práticas existentes, adequando os Estados aos mesmos.

Em suma, conectar entre as oportunidades nacionais e globais, fortalecendo o diálogo regional para o alinhamento de ações locais de impacto na redução do desmatamento, bem como para viabilizar a elegibilidade dos Estados da Amazônia Legal a padrões como o ART/TREES, considerando as lacunas identificadas em trabalhos prévios e em atividades deste projeto. Nesse sentido, a motivação é dada pelo entendimento que o alinhamento regional (i.e., pacto regional) para promover mudanças no posicionamento dos agentes econômicos em relação aos incentivos para o desenvolvimento de baixas emissões na região.

### 2.3 Recuperação da Covid-19

As experiências vivenciadas no combate ao desmatamento ilegal e queimadas no marco da pandemia têm permitido refletir sobre a efetividade das diversas estratégias de redução de emissões, e.g.: a) reafirmação de que as atividades isoladas de comando e controle são insuficientes para enfrentar a dinâmica do avanço do desmatamento ilegal e das queimadas; b) os efeitos econômicos da pandemia nas cidades, como a retração econômica, aumentam ainda mais a pressão sobre a floresta; portanto quaisquer soluções devem valorizar a floresta em pé; c) restrições sanitárias impedem a mobilização de equipes técnicas para atividades em campo, demonstrando a efetividade de ações locais e integradas; e d) a importância de redes e alianças coesas e integradas no desenho, desenvolvimento, implementação e monitoramento de programas e projetos chegando impactos efetivos na ponta.

Esta proposta fortalecerá os estados da Amazônia Legal para performar e gerar créditos de carbono de REDD+ de alta elegibilidade ambiental dentro do Padrão de Mercado de Carbono Florestal ART/TREES.

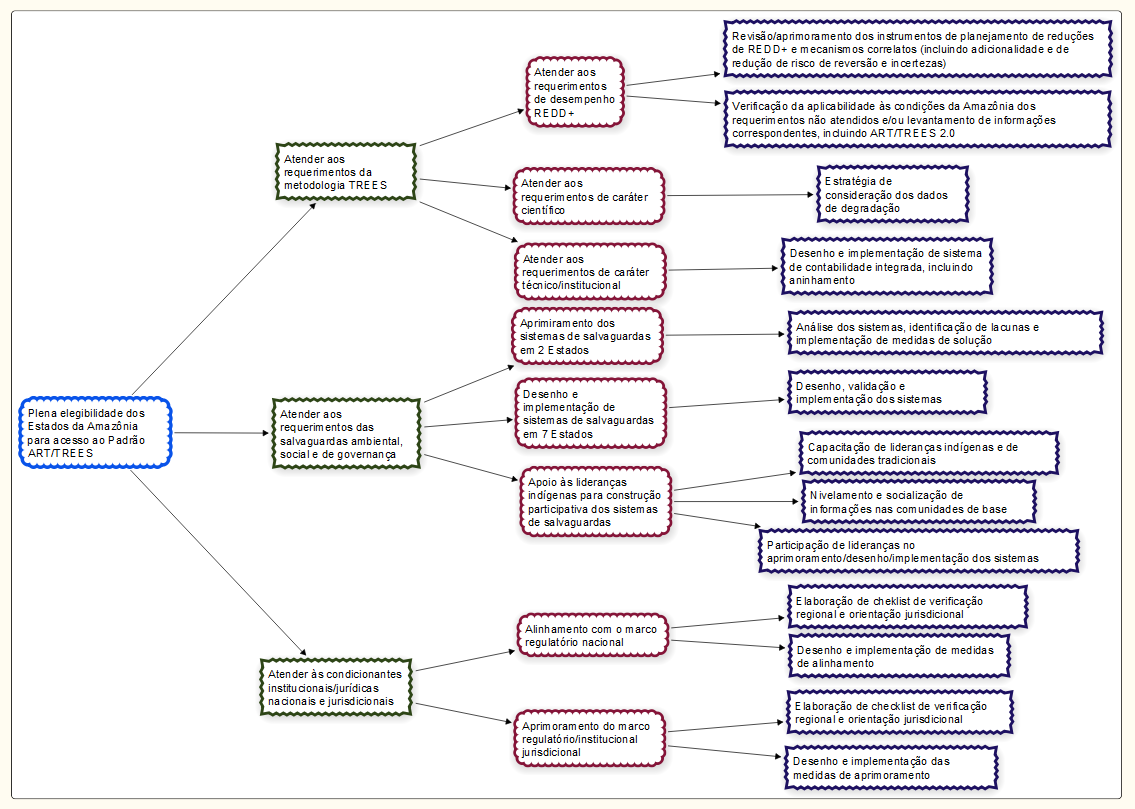
### Teoria da Mudança

A construção da Teoria da Mudança desta proposta é fruto de um amplo processo de diálogo iniciado pelos estados, em 2019, inspirados na avaliação de efetividade dos Planos Estaduais de Combate ao Desmatamento Ilegal, nos processos de regularização ambiental, da disponibilidade de tecnologia e demandas de inovação na região e das condições relacionadas ao ambiente favorável para o desenvolvimento de uma economia de baixas emissões.

A finalidade da proposta é ter a plena elegibilidade dos estados da Amazônia Legal para acesso ao Padrão ART/TREES, através do atendimento aos requerimentos da metodologia TREES, atender aos requerimentos das salvaguardas ambiental, social e de governança, e atender às condicionantes institucionais e jurídicas nacionais e jurisdicionais.

Através dos atendimentos, há o estabelecimento dos requerimentos de desempenho de REDD+, de caráter científico, de caráter técnico/institucional; há o aprimoramento dos sistemas de salvaguardas de 2 estados mais avançados (Acre e Mato Grosso), há o desenho e implementação de sistemas de salvaguardas nos demais 7 estados da Amazônia Legal (Amazonas, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão) e há a construção participativa dos sistemas de salvaguardas a partir do apoio às lideranças indígenas nos estados; há o alinhamento com o marco regulatório nacional e o aprimoramento do marco regulatório institucional jurisdicional.

Com isso, será possível acesso e alavancagem de fontes de financiamento para o desenvolvimento em baixas emissões em um contexto pós-pandemia na Amazônia.



### Objetivos e Resultados Esperados

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Impacto** | **Estados da Amazônia aptos para acessar o mercado de carbono de REDD+** | | | | | |
| **Resultado** | **Estados da Amazônia atendem aos requerimentos para acessar o padrão ART/TREES** | | | | | |
| ***Produto*** | ***Arranjo técnico institucional para evitar dupla contagem e roteiro para inserção da degradação na quantificação das reduções construídos*** | | | | | |
| **Indicador** | **Parâmetro** | **Meta 2021** | **Meta 2022** | **Meta 2023** | **Método & riscos de coleta de dados** | **Principais pressupostos** |
| Número de relatórios regionais | Consultoria para elaboração de check-list orientador de contabilidade dos estados (evitar dupla contagem) | 0 | 1 | 0 | Reuniões mensais com grupos de trabalho e especialistas dos estados e atores do governo federal | Adequações e ajustes regionais pactuados, considerando diferentes metodologias de contagem e definição de degradação |
| ***Produto*** | ***Sistemas salvaguardas implementados nos estados*** | | | | | |
| **Indicador** | **Parâmetro** | **Meta 2021** | **Meta 2022** | **Meta 2023** | **Método & riscos de coleta de dados** | **Principais pressupostos** |
| Número de relatórios estaduais | Consultoria elaboração de check-list técnico para orientação regional dos sistemas de salvaguarda | 1 | 0 | 0 | Reuniões mensais com grupos de trabalho e especialistas dos estados | Experiências exitosas dos estados mais desenvolvidos na temática de salvaguardas socioambientais |
| Número de organizações envolvidas na construção participativa dos sistemas estaduais de salvaguardas | Leis específicas de PSA, protocolos e métodos de salvaguardas, padrão SES-PNUD e relatórios do Janela A | 0 | 9 | 0 | Reuniões técnicas de planejamento, produção de relatórios, lista de presença | Salvaguardas de Cancun; salvaguardas da Califórnia; Padrão ART/TREE; recomendações de salvaguardas estaduais   (Janela A e outros projetos) |
| ***Produto*** | ***Arranjo jurídico institucional regulamentado por Estado a partir de check list orientador*** | | | | | |
| **Indicador** | **Parâmetro** | **Meta 2021** | **Meta 2022** | **Meta 2023** | **Método & riscos de coleta de dados** | **Principais pressupostos** |
| Número de estados habilitados (aptos) para receber recursos via mercado de carbono ou pagamento por resultados em consonância com o padrão TREES | Leis específicas que regulamentam projetos e programas de PSA e REDD+, relatórios do Janela A | 0 | 9 | 0 | Reuniões mensais com grupos de trabalho e especialistas do estados | Legislações e instrumentos jurídicos dos estados |
| ***Produto*** | ***Mecanismos e procedimentos para atendimento dos requerimentos do Padrão ART/TREES apropriados dentro da estrutura institucional dos Estados e das lideranças dos povos indígenas e comunidades tradicionais*** | | | | | |
| **Indicador** | **Parâmetro** | **Meta 2021** | **Meta 2022** | **Meta 2023** | **Método & riscos de coleta de dados** | **Principais pressupostos** |
| Número de estados habilitados a performar e gerar créditos de carbono de REDD+ de alta elegibilidade ambiental dentro do Padrão de Mercado de Carbono Florestal ART/TREES | Check-lists técnico, institucional, financeiro e jurídico | 0 | 9 | 0 | Reuniões trimestrais com grupos de trabalho e especialistas do estados | Padrão ART/TREES |
| Número de ações de engajamento e sensibilização frente aos estados | Relatórios de transparência   e de atividades de parceiros | 1 | 3 | 1 | Lista de presença, ata de reunião, relatórios | Alinhamentos entre parceiros, estados e atores relevantes; matriz de indicadores e de acompanhamento do projeto |

### Orientação sobre o desenvolvimento de atividades, indicadores e metas baseadas no gênero

A questão de gênero e orientação sexual são tratadas de maneira prioritária. A FAS defende que a questão de gênero perpassa a orientação sexual e isso precisa ser respeitado e considerado nas métricas e estatísticas da proposta. A inclusão das mulheres e demais grupos vulneráveis e discriminados, com garantias de sua participação de forma qualificada, representativa e efetiva também são consideradas relevantes. Para as garantias de participação das mulheres e demais grupos vulneráveis e discriminados, a proposta apresenta um componente transversal que perpassar todas as atividades.

A elaboração da proposta foi feita, em que grande parte, por técnicas da FAS, das ONG parceiras e dos Governos da Amazônia Legal. Isso assegura, além do balanço de gênero quantitativo, que a definição das atividades seja feita respeitando aspectos relativos a gênero. Com isso, a perspectiva que se adota consiste em tornar uma premissa central a participação das mulheres, e demais grupos vulneráveis, em todo o escopo do projeto. Dessa forma, é visado não somente a representatividade e/ou equidade no número de mulheres envolvidas em todas as etapas da proposta, mas sobretudo a garantia de que haja participação qualificada de todos os atores relevantes e interessados.

Nas atividades, as metas buscam a inclusão efetiva e participativa das mulheres e demais grupos vulneráveis nos ambientes de construção, revisão e aprovação de todos os produtos.

Ações concretas de garantia da participação de mulheres nos processos decisórios serão monitoradas por um conjunto de métricas específicas inspiradas em diversos estudos[[4]](#footnote-4). Adicionalmente, a proposta terá uma especialista em gênero para facilitação na elaboração das métricas, metodologia e práticas de monitoramento, além de fazer o acompanhamento do projeto, tais como:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **N.** | **Atividade** | **Indicador** | **Meta** |
| 1 | Treinamento das equipes técnicas para assegurar que a participação de mulheres e jovens seja encorajada em toda e qualquer consulta, oficinas, treinamento etc., planejados por meio de escolha de datas e período que facilitem a participação efetiva | % e número de participantes de qualquer consulta, oficinas, treinamento etc. planejados | Pelo menos 40% dos participantes são mulheres |
| 2 | Incluir a temática de equidade de gênero como elemento transversal na estratégia de comunicação | Número de publicações desenvolvidas no projeto | Produção de pelo menos 1 publicação com os avanços na temática de gênero nos estados  Endereçar a questão de gênero em todas as publicações do projeto |
| 3 | Promover sessões/painéis específicos para tratar da temática de equidade de gênero nos eventos de alto nível realizados pelo projeto | Percentual e número de participantes dos eventos do projeto por sexo | >50% dos participantes qualificados são mulheres |
| 4 | Produzir conhecimento e subsídios sobre a interação entre gênero e a adoção do mecanismo de REDD+ e compensação por serviços ambientais na Amazônia Legal aplicando as recomendações produzidas no Janela A | Número de entrevistas realizadas | Produção de pelo menos 1 encontro regional de mulheres indígenas, ribeirinhas, agricultoras familiares e equipe técnica (online) para debater entre mulheres o real sucesso e as recomendações para que os mecanismos de REDD+ e compensação por serviços ambientais contemplem devidamente as relações de gênero na Amazônia legal |

### Descrição das Atividades

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Componentes** | **Impacto** | **Resultado** | **Produto** | **Atividade** | **Responsável** |
| 1. atender os requerimentos técnicos, jurídicos e institucionais da metodologia TREES | Estados aptos aos critérios técnicos, jurídicos e institucionais da metodologia TREES | Habilitação parcial dos estados da Amazônia Legal para acessar padrão ART/TREES nos aspectos técnicos, institucionais e jurídicos sem considerar as salvaguardas. | Arranjo técnico institucional para evitar dupla contagem e roteiro para inserção da degradação na quantificação das reduções construídos | Assessorar e realizar consultorias técnicas das ONGs da Janela A (ajuste marco jurídico, requerimentos de desempenho, degradação e participação em todas as atividades) | ONG Parceira |
| Definir entendimento dos estados da Amazônia sobre degradação e os mecanismos de monitoramento disponíveis | FAS |
| Elaborar check-list orientador e gabarito metodológico para contabilidade dos estados (evitar dupla contagem) |
|  |  |  |  |  |  |
| 2. atender aos requerimentos específicos das salvaguardas ambiental, social e de governança e participação e dos povos indígenas e comunidades tradicionais | Estados aptos aos critérios específicos das salvaguardas ambiental, social e de governança previstos na metodologia TREES | Habilitação parcial dos estados da Amazônia Legal nos aspectos de salvaguardas para acessar padrão ART/TREES | Sistemas salvaguardas implementados nos estados | Definir as diretrizes regionais para os sistemas de salvaguardas com base nos sistemas existentes e certificados. | FAS |
| Desenhar/adaptar os sistemas de salvaguardas no marco das salvaguardas do ART/TREES à realidade de cada um dos estados |
| Planejar e executar a implementação do sistema | ONG Parceira |
| Capacitar lideranças indígenas na construção participativa dos sistemas estaduais de salvaguardas | ONGs identificadas pelos povos indígenas (9) |
| Promover a participação de lideranças no aprimoramento, desenho e implementação dos sistemas estaduais de salvaguardas |
|  |  |  |  |  |  |
| 3. atender às condicionantes institucionais e jurídicas de caráter nacional e jurisdicional aplicáveis à natureza das transações previstas | Estados aptos às exigências de caráter nacional e dos próprios estados que não fazem parte da metodologia TREES, mas que são essenciais para as transações previstas no Padrão. | Habilitação parcial dos estados da Amazônia Legal nos aspectos internos (de caráter nacional e estadual) para acessar padrão ART/TREES | Arranjo jurídico institucional regulamentado por Estado a partir de check-list orientador | Identificar oportunidades e necessidades de ajustes para viabilizar elegibilidade ao padrão ART/TREES v2 em cada estado | ONG Parceira |
| Desenvolver e viabilizar os instrumentos jurídicos institucionais necessários e apoiar sua adoção nos estados |
|  |  |  |  |  |  |
| 4. Reforço das capacidades institucionais das entidades gestores da política de mudança do clima para apropriação dos processos e liderança no atendimento dos requerimentos do Padrão TREES | Estados da Amazônia Legal atendem todos os requerimentos exigidos para a transação do mercado de carbono de REDD+ previstos no padrão ART/TREES | Habilitação estados da Amazônia Legal para acessar padrão ART/TREES | Mecanismos e procedimentos para atendimento dos requerimentos do Padrão ART/TREES apropriados dentro da estrutura institucional dos Estados e das lideranças dos povos indígenas e comunidades tradicionais | Apoiar os estados a desenvolver e implementar adequações dos check-lists técnicos, jurídicos e financeiros associados a todos os requerimentos necessários para acessar o Padrão | FAS |
| Gerenciar o conhecimento, manter a comunicação estratégica entre os participantes do projeto e realizar as consultas e interações com a academia nos temas relacionados | FAS |
|
| Alinhar e coordenar a construção participativa das diretrizes de caráter regional e promover a gestão do conhecimento entre o Governo Federal, estados e ONGs participantes (1 presencial + 4 virtuais) | FAS |
|  |  |  |  |  |  |

### Plano e Cronograma de Implementação

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Componente** | **Atividade** | **Caráter** | **Responsável** | **Mês** | | | | | | | | | | | | | | | |
| **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** | **13** | **14** | **15** | **16** |
| 1. atender os requerimentos técnicos, jurídicos e institucionais da metodologia TREES | Assessorar e realizar consultorias técnicas das ONGs da Janela A (ajuste marco jurídico, requerimentos de desempenho, degradação e participação em todas as atividades) | Estadual | ONG Parceira |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Definir entendimento dos estados da Amazônia sobre degradação e os mecanismos de monitoramento disponíveis | Regional | ONG Parceira |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Elaborar check list orientador e gabarito metodológico para contabilidade dos estados (evitar dupla contagem) | Regional | FAS |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 2. atender aos requerimentos específicos das salvaguardas ambiental, social e de governança e participação e dos povos indígenas e comunidades tradicionais | Definir as diretrizes regionais para os sistemas de salvaguardas com base nos sistemas existentes e certificados. | Regional | FAS |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Desenhar/adaptar os sistemas de salvaguardas no marco das salvaguardas do ART/TREES à realidade de cada um dos estados | Estadual | FAS |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Planejar e executar a implementação do sistema | Estadual | ONG Parceira |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Capacitar lideranças indígenas na construção participativa dos sistemas estaduais de salvaguardas | Estadual | ONGs identificadas pelos povos indígenas (9) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Promover a participação de lideranças no aprimoramento, desenho e implementação dos sistemas estaduais de salvaguardas | Estadual | ONGs identificadas pelos povos indígenas (9) |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 3. atender às condicionantes institucionais e jurídicas de caráter nacional e jurisdicional aplicáveis à natureza das transações previstas | Identificar oportunidades e necessidades de ajustes para viabilizar elegibilidade ao padrão ART/TREES v2 em cada estado | Estadual | ONG Parceira |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Desenvolver e viabilizar os instrumentos jurídicos institucionais necessários e apoiar sua adoção nos estados | Estadual | ONG Parceira |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| 4. Reforço das capacidades institucionais das entidades gestores da política de mudança do clima para apropriação dos processos e liderança no atendimento dos requerimentos do Padrão TREES | Apoiar os estados a desenvolver e implementar adequações dos check lists técnicos, jurídicos e financeiros associados a todos os requerimentos necessários para acessar o Padrão | Estadual | FAS |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Gerenciar o conhecimento, manter a comunicação estratégica entre os participantes do projeto e realizar as consultas e interações com a academia nos temas relacionados | Regional | FAS |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Alinhar e coordenar a construção participativa das diretrizes de caráter regional e promover a gestão do conhecimento entre o Governo Federal, estados e ONGs participantes (1 presencial + 4 virtuais) | Regional | FAS |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

### Questões Transversais

*Interação com um Marco Político mais Amplo no Nível do Estado/Província*

A proposta do projeto regional da Amazônia brasileira deverá considerar as atuais políticas públicas subnacionais, como por exemplo:

* Amazonas: [Lei N. 4.266/2015](http://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202015/Arquivo/LE%204.266_15.htm) (Política do Estado do Amazonas de Serviços Ambientais e o Sistema de Gestão dos Serviços Ambientais), [Lei N. 4.419/2016](http://online.sefaz.am.gov.br/silt/Normas/Legisla%E7%E3o%20Estadual/Lei%20Estadual/Ano%202016/Arquivo/LE%204.419_16.htm#:~:text=1.%C2%BA%20Esta%20Lei%20estabelece,dos%20objetivos%20do%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel) (Matriz Econômica-Ambiental do Amazonas), e [Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado do Amazonas](http://meioambiente.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/PPCDQ-AM-LOGO-CI-ALTERADA.pdf).
* Acre: [Lei N. 1.904/2007](http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei1904.pdf) (Zoneamento Ecológico Econômico), [Lei N.2.308/2010](http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2014/09/Lei2308.pdf) (Sistema Estadual de Incentivos a Serviços Ambientais, o Programa de Incentivos por Serviços Ambientais), e [Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas](http://sema.acre.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/05/PPCD.pdf).
* Amapá: [Lei Complementar N. 091/2015](http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=60446) (Código de Proteção ao Meio Ambiente do Estado do Amapá).
* Maranhão: [Decreto N. 27.318/2011](https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-27318-2011-ma_130248.html) (Código de Proteção do Meio Ambiente do Estado do Maranhão), [Decreto N. 35.177/2019](https://www.normasbrasil.com.br/norma/decreto-35177-2019-ma_382428.html) (regulamenta as atividades e governança do Zoneamento Ecológico Econômico).
* Mato Grosso: [Lei Ordinária N. 9.878/2013](https://www.normasbrasil.com.br/norma/lei-9878-2013-mt_249723.html) (Sistema Estadual de REDD+), [Lei N. 4.555/2014](http://aacpdappls.net.ms.gov.br/appls/legislacao/secoge/govato.nsf/448b683bce4ca84704256c0b00651e9d/c8e1c43dcb65a53104257d170051d5b1?OpenDocument) (Política Estadual de Mudanças Climáticas), [Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas em Mato Grosso](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/prevencao-e-controle-do-desmatamento/Plano_Estadual_Mato_Grosso.pdf).
* Pará: [Decreto N. 1.697/2009](http://www.amazonfund.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/prevencao-e-controle-do-desmatamento/Plano_Estadual_Para.pdf) (Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento).
* Rondônia: [Lei Complementar N. 312/2005](http://ditel.casacivil.ro.gov.br/COTEL/Livros/Files/LC312.doc) (Zoneamento Socioeconômico Ecológico), [Plano de Prevenção, Controle e Alternativas Sustentáveis ao Desmatamento](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/prevencao-e-controle-do-desmatamento/Plano_Estadual_Rondonia.pdf), Lei nº 4437/2018 (Política Estadual de Governança Climática e Serviços Ambientais).
* Roraima: Leis Complementares N. [07/1994](https://www.mpc.rr.gov.br/uploads/2013/09/03092013112810479_6.pdf), [153/2009](https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/LeisComplementaresEstaduais/2009/Lei_Comp_Est_153-2009.pdf), N. [143](https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/LeisComplementaresEstaduais/2009/Lei_Comp_Est_143-2009.pdf), [144/2009](https://www.tjrr.jus.br/legislacao/phocadownload/LeisComplementaresEstaduais/2009/Lei_Comp_Est_144-2009.pdf) (Sistema de Planejamento e Ordenamento Territorial)
* Tocantins: [Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas](http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/prevencao-e-controle-do-desmatamento/Plano_Estadual_Tocantins.pdf), [Zoneamento Ecológico Econômico](http://www.sefaz.to.gov.br/zoneamento-ecologico-economico-do-estado-do-tocantins/), [Lei Nº 1917/2008 (Política Estadual sobre Mudanças Climáticas, Conservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Tocantins](https://central3.to.gov.br/arquivo/225870/))

*Alinhamento com o Marco de Políticas Nacionais*

Adicionalmente, a proposta também estabelece integração com as políticas públicas nacionais, destacando-se: [Decreto N. 7.747/2012](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADda%20a%20Pol%C3%ADtica,do%20patrim%C3%B4nio%20ind%C3%ADgena%2C%20a%20melhoria) ([Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial em Terras Indígenas)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7747.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institu%C3%ADda%20a%20Pol%C3%ADtica,do%20patrim%C3%B4nio%20ind%C3%ADgena%2C%20a%20melhoria); [Portaria N. 370/2015](https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=90&data=03/12/2015https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=90&data=03/12/2015) (Estratégia Nacional de REDD+); [Portaria N. 150/2016](https://mma.gov.br/images/arquivo/80182/Portaria%20PNA%20_150_10052016.pdf) (Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima); [Decreto N. 9.578/2018](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9578.htm#art25) (Política Nacional sobre Mudança do Clima); [Contribuição Nacionalmente Determinada do Brasil](https://www.mma.gov.br/images/arquivo/80108/BRASIL%20iNDC%20portugues%20FINAL.pdf); [Meta de Aichi;](https://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dcbio/_arquivos/metas_aichi_147.pdf) [Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento nos Biomas](https://www.mma.gov.br/informma/item/616-preven%C3%A7%C3%A3o-e-controle-do-desmatamento-na-amaz%C3%B4nia#:~:text=O%20Plano%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20para,desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20na%20Amaz%C3%B4nia%20Legal.); [Lei N. 13.243/2016,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13243.htm) (desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação).

*Parcerias*

Os estados optaram por uma proposta regional, indicando a FAS como líder em 26 de agosto de 2020, para potencializar as parcerias existentes e efetivas pela Janela A. Nesta proposta, portanto, será implementada por rede com sete organizações[[5]](#footnote-5) que tem interação direta com cada estado.

A proposta tem quatro eixos estratégicos: 1) atender os requerimentos técnicos, jurídicos e institucionais da metodologia TREES; 2) atender aos requerimentos específicos das salvaguardas ambiental, social e de governança e participação e dos povos indígenas e comunidades tradicionais; 3) atender às condicionantes institucionais e jurídicas de caráter nacional e jurisdicional aplicáveis à natureza das transações previstas; 4) reforço das capacidades institucionais das entidades gestoras da política de mudança do clima para apropriação dos processos e liderança no atendimento dos requerimentos do Padrão TREES. Cada componente estratégico terá um co-líder, baseado em sua experiência e capacidade de implementação das atividades, apontado pelo Estado. Isto não impede que demais parceiros, e outras organizações não listadas, não possam contribuir e participar da concepção, desenvolvimento e implementação das atividades. Na realidade, conforme implementado pela FAS na Janela A, no Amazonas, todas as organizações parceiras participaram de todos os processos técnicos por meio de comitês de avaliação (Comitê de Gestão Técnica e Administrativa, ver abaixo). Esta dinâmica e as co-lideranças foram avaliada pela FAS e aprovada pelos estados.

A governança será secretariada pela FAS, com apoio do GCF-Brasil, e será baseada em dois ambientes: Comitê Diretivo e Gestão Técnica e Estratégica. O comitê diretivo, formado pelos representantes dos estados, definem e aprovam estratégias, e avaliam impactos e legado via reuniões periódicas. A gestão técnica e estratégica é formada por um representante de cada parceiro, os estados, o GCF-Brasil e atores locais relevantes (como lideranças indígenas e comunitárias, especialistas etc.), e faz o acompanhamento operacional das atividades. A FAS facilita ambos os ambientes de decisão e acompanhamento, e subsidia o PNUD com informações via prestação de contas.

O engajamento de organizações e lideranças indígenas e comunitárias se dará através das diretrizes regionais para os sistemas de salvaguardas com base nos sistemas existentes e certificados, promovendo então a participação de lideranças no aprimoramento, desenho e implementação dos sistemas estaduais de salvaguardas

*Participação de Múltiplas Partes Interessadas*

O projeto visa desenvolver um arranjo institucional regional, que atenda aos principais requerimentos para a elegibilidade dos Estados da Amazônia Legal para acesso ao Padrão ART/TREES. A construção foi feita colaborativamente com a interação das redes de organizações da sociedade civil, facilitada e liderada pela FAS, e com as secretarias de meio ambiente da Amazônia Legal, facilitadas pelo GCF-Brasil. Conforme apresentado na seção anterior, cada parceiro liderará atividades e terá apoio técnico e institucional de outras organizações envolvidas no desenho e implementação. A FAS facilitará reuniões de acompanhamento periódicas em dois níveis: gerencial e executivo. O primeiro, mensal, terá o foco nos aspectos operacionais e baseado no cronograma físico e financeiro, com a presença dos parceiros e atores relevantes. O segundo, semestral, definirá estratégias e avaliação de impactos e legado. Adicionalmente a FAS também terá reuniões quinzenais e individuais com os líderes de cada atividade para apoio e acompanhamento.

Ressalta-se ainda que a FAS disponibilizará, em plataforma online, indicadores físicos, financeiros e de impacto do projeto atualizados trimestralmente.

Adicionalmente, e de igual importância e relevância, é a participação efetiva da sociedade civil (lideranças e outros atores), por meio de realização de diálogos periódicos informando dos avanços, oportunidades e desafios para a canalização de investimentos provenientes do mercado de carbono (via Padrão ART/TREES); realização de diálogos periódicos sobre os desafios associados ao fortalecimento e desenvolvimento da economia indígena e das populações tradicionais; participação das lideranças comunitárias e indígenas na construção dos pactos locais para o desenvolvimento de baixas emissões; e desenho e implementação de salvaguardas socioambientais; tudo isso via a interação e consultas qualificadas do Comitê de Gestão Técnica e Administrativa do projeto.

*Integração da Perspectiva de Gênero*

De modo a garantir a participação de toda a comunidade interessada e impactada, particularmente as mulheres, tem-se dado centralidade em abordagens para se diminuir desigualdades estruturais. A integração de gênero poderá gerar maior acuidade nas informações sobre os motores do desmatamento e degradação das florestas, garantir medidas eficientes de manejo sustentável, conservação e recuperação das florestas e aumentar a equidade na partilha de benefícios do REDD+ considerando os direitos humanos (UN-REDD, 2013).

A devida participação visando o equilíbrio de gênero se dará mediante: a) implementação de programa permanente de avaliação na participação da mulher nas atividades do projeto; b) garantir que as equipes técnicas e consultores envolvidos sejam constituídas também por mulheres; e c) fomentar a participação da mulher produtora nos diálogos locais e na construção das ações do projeto.

*Salvaguardas*

A janela A teve importantes impactos para avanços na elaboração e implementação de salvaguardas socioambientais. Esta proposta, portanto, busca aprimorar os sistemas de salvaguardas do Acre e Mato Grosso (mais avançados) e desenhar e apoiar na implementação dos sistemas de salvaguardas dos demais estados, com apoio de lideranças indígenas e comunitárias para que a construção se dê de forma participativa.

Seguindo orientações do PNUD, a proposta buscará inclusão e proteção de direitos via participação e inclusão, igualdade e não discriminação de raça, etnia, gênero, idade, linguagem, orientação sexual, religião ou política. Maiores informações sobre mitigação de riscos encontram-se na seção 2 deste documento.

Ressalta-se que as dimensões tratadas nas salvaguardas, notadamente socioambientais, garantem a sustentabilidade social e econômica de programas e projetos em florestas tropicais. Como esta proposta tem foco em territórios vulneráveis, como TI, UC e assentamentos rurais de agricultura familiar, a robustez da matriz de indicadores de salvaguardas socioambientais é fundamental para o sucesso e o legado desta proposta.

*Gestão do Conhecimento*

A gestão do conhecimento tem como objetivo identificar e analisar todas as informações úteis para o desenvolvimento e implementação da proposta – principalmente nesta proposta regional, a disseminação de práticas tem que seguir fluxos claros e eficientes para não se perder informações e tempo.

A proposta prevê uma abordagem de gestão e comunicação, seguindo as etapas abaixo: Identificação de fluxos formais e informais de divulgação e compartilhamento de conhecimento; Promoção da participação dos envolvidos no projeto para manutenção do o zelo pelo sistema e o engajamento de todos; Incentivo à troca de experiências para transferência de conhecimento; Criação de comunidades para troca de conhecimento em torno dos objetivos do projeto para atingimento do sucesso; Monitoramento e suporte técnico da comunidade de atores envolvidos, com periodicidade, estabelecimento de processo e fluxo entre os envolvidos no projeto; Gerenciamento e publicidade de documentos - como relatórios e resumos executivos do projeto - para fazer com que o conhecimento seja acessível; e Treinamento de pessoas para nivelamento e elevação do conhecimento em constante construção de capacidade nas temáticas do projeto frente aos envolvidos diretos e indiretos da proposta.

Por fim, todo o conhecimento e boas práticas gerados por esta proposta serão qualificados e disseminados em plataformas digitais. Os produtos mais relevantes listados, como relatórios executivos, serão publicados em três idiomas para dinamizar o intercâmbio com parceiros da Bacia Amazônica[[6]](#footnote-6) e o acesso a atores financiadores.

*Comunicações*

Conforme citado na seção Participação de Múltiplas Partes Interessadas, a FAS facilitará reuniões periódicas com os parceiros, secretarias e atores relevantes. Os principais indicadores físicos, financeiros e de impacto serão atualizados mensalmente, e avaliados semestralmente. Os indicadores aprovados pelos parceiros e pelas secretarias serão disseminados via *landing page*[[7]](#footnote-7), nos canais das redes sociais da FAS e parceiros, e nas páginas oficiais das secretarias.

A proposta também prevê um componente transversal de gestão e comunicação, liderado pela FAS, que produzirá, em parceria com as organizações envolvidas, relatórios técnicos de acompanhamento, a *landing page* do projeto, e eventos e seminários presenciais e online, considerando um plano de comunicação estratégico que potencializará os impactos da proposta e permitirá o intercâmbio com diversos atores nacionais e internacionais.

Adicionalmente, espera-se que os produtos desenvolvidos tenham resumos executivos com os principais achados e resultados, para que possam ser traduzidos para os idiomas Inglês e Espanhol.

## **Riscos, Monitoramento e Avaliação**

### Gestão de Riscos

Atividades planejadas podem desencadear impactos não previstos, positivos e negativos. Como esta proposta é regional, é importante definir limites e escopos para a matriz de riscos (fatores, tipos, riscos e medidas de mitigação) e o nível dos riscos (baixo, médio e alto). Para acompanhamento das oportunidades (riscos positivos) e mitigação de riscos negativos será utilizada uma matriz de riscos que elenca os riscos mapeadas considerando os aspectos e os limites descritos.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Fatores** | **Tipos** | **Riscos** | **Medidas de mitigação** | **Relevância** |
| Internos | Capacidade e competência | 1.Atraso do cronograma ou baixa qualidade dos produtos e entregas pela falta de capacidade do proponente e parceiros | Dedicação exclusiva de equipe para o projeto e parceiros locais para a implementação | Baixo |
| Engajamento de parceiros e secretarias | 2.Mudanças nos times técnicos dos parceiros ou das secretarias | Envolvimento pleno e institucional de parceiros e secretarias com repositórios e memórias online de acesso livre aos envolvidos | Baixo |
| 3.Baixo envolvimento dos parceiros do projeto em sua implementação | Comprometimento de parceiros liderando macro atividades, reuniões periódicas e instâncias de aprovação centradas nas secretarias | Baixo |
| Externos | Covid-19 | 4.Alocação de recursos financeiros e humanos às agendas de saúde e geração de emprego e renda | Estabelecimento de pacto regional de desenvolvimento de baixas emissões como oportunidade para financiamento estruturante para os desafios da região, através do Padrão ART/TREES | Médio |
| Social | 5.Baixa adesão ou ausência de mecanismos de participação e escuta ativas de grupos vulneráveis e minorias como mulheres e jovens | i) Garantir a participação e escuta ativas de mulheres e jovens por meio de espaços específicos, metodologia adaptada e abordagem adequada;  ii) Criar espaços específicos de participação e escuta ativas | Baixo |
| 6.Baixa adesão ou ausência de mecanismos de participação e escuta ativas de lideranças indígenas ou tradicionais | i) Envolver grupos, coletivos, associações e cooperativas que representam os grupos citados;  ii) Criar espaços específicos de participação e escuta ativas | Baixo |
| 7.Baixa adesão ou ausência de mecanismos de participação e escuta ativas de produtores rurais, incluindo agricultura familiar |
| Cultural | 8.Perdas culturais às populações tradicionais a partir de atividades propostas | Propor atividades que não interfiram nas práticas tradicionais; | Baixo |
| Econômico | 9.Dificuldade de acesso a investimentos alocados para atender atividades de baixo carbono | Definir diretrizes de investimentos e fortalecer as capacidades produtivas por meio de acordos locais | Baixo |
| 10.Estabelecimento de um ambiente de negócios favorável no curto prazo (16 meses) | Buscar convergências regionais e soluções práticas de modelos de investimentos e incentivos à mecanismos financeiros de REDD+ e compensação por serviços ambientais | Médio |
| Político - institucional | 11.Ingerência dos recursos de REDD+ e compensação por serviços ambientais | Realizar auditoria e acompanhamento técnico das atividades implementadas | Baixo |
| 12.Insegurança jurídica e institucional de programas de REDD+ estaduais e federais | Acompanhamento e monitoramento de mudanças e riscos políticos que impactem diretamente o mecanismo REDD+ | Médio |

### Monitoramento

Monitoramento e Avaliação (M&A) é um componente essencial e transversal em gestão por resultados, apoiando tomadas de decisão nos contextos de planejamento e de orçamento; orientação na gestão das atividades planejadas; fortalecimento de mecanismos de transparência e responsabilização (*accountability*).

A ferramenta básica para orientar no processo de M&A é a Matriz Lógica (abaixo) que fornece a estrutura para o projeto e deve ser elaborada desde o início de sua concepção.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Método de monitoramento** | | | |
| **Impacto: Estados da Amazônia aptos para acessar o mercado de carbono de REDD+** | | | |
| **Produto** | **Indicadores** | **Meios de verificação (fontes) verificáveis** | **Pressupostos** |
| Arranjo técnico institucional para evitar dupla contagem e roteiro para inserção da degradação na quantificação das reduções construídos | Número de relatórios regionais | Reuniões mensais com grupos de trabalho e especialistas dos estados e atores do governo federal | Adequações e ajustes regionais pactuados, considerando diferentes metodologias de contagem e definição de degradação |
| Sistemas salvaguardas implementados nos estados | Número de relatórios estaduais | Reuniões mensais com grupos de trabalho e especialistas dos estados | Experiências exitosas dos estados mais desenvolvidos na temática de salvaguardas socioambientais |
| Número de organizações envolvidas na construção participativa dos sistemas estaduais de salvaguardas | Reuniões técnicas de planejamento, produção de relatórios, lista de presença | Salvaguardas de Cancun; salvaguardas da Califórnia; Padrão ART/TREE; recomendações de salvaguardas estaduais (Janela A e outros projetos) |
| Arranjo jurídico institucional regulamentado por Estado a partir de check list orientador | Número de estados habilitados (aptos) para receber recursos via mercado de carbono ou pagamento por resultados em consonância com o padrão TREES | Reuniões mensais com grupos de trabalho e especialistas do estados | Legislações e instrumentos jurídicos dos estados |
| Mecanismos e procedimentos para atendimento dos requerimentos do Padrão ART/TREES apropriados dentro da estrutura institucional dos Estados e das lideranças dos povos indígenas e comunidades tradicionais | Número de estados habilitados a performar e gerar créditos de carbono de REDD+ de alta elegibilidade ambiental dentro do Padrão de Mercado de Carbono Florestal ART/TREES | Reuniões trimestrais com grupos de trabalho e especialistas do estados | Padrão ART/TREES |
| Número de ações de engajamento e sensibilização frente aos estados | Lista de presença, ata de reunião, relatórios | Alinhamentos entre parceiros, estados e atores relevantes; matriz de indicadores e de acompanhamento do projeto |

### Sustentabilidade dos Resultados

A escolha dos componentes do projeto foi realizada a partir da análise de requerimentos da metodologia TREES e das particularidades para o seu atendimento em cada Estado, visando assim implementar medidas necessárias dentro de uma abordagem cooperativa, integrada e participativa que permita gerar créditos de carbono de REDD+ de alta qualidade nos estados da Amazônia Legal. A lógica das intervenções planejadas também inclui uma reflexão profunda sobre as limitações geradas pelas inúmeras tentativas de considerar a Amazônia como uma unidade, de planejar e decidir desde a capital do país e de considerar que a diversidade está limitada às questões biológicas e desta forma buscar adotar soluções no formato de “receitas”.

Embora as oportunidades do mercado de carbono tenham sido, desde a criação do GCF, uma das molas propulsoras e incentivadoras de ações, após alguns anos de esforços continuados, é um consenso nos Estados que os benefícios que podem ser alavancados são essenciais para promover um processo de mudança. E que para que isso ocorra, os Estados precisam adequar suas regulamentações, ações locais e práticas a padrões internacionais para acesso a fundos e à consolidação de um ambiente favorável para o desenvolvimento de baixas emissões. Apesar dos investimentos do mercado do carbono são ainda pouco significativos, há perspectivas positivas no aumento nos recursos para REDD+ -- a se destacar a iniciativa LEAF. Para tanto, há aspectos que devem ser abordados de forma particular de acordo à realidade existente, e outros que requerem de uma abordagem regional, pela força política que podem adquirir e pela necessidade de constituir uma base jurídica com diretrizes comuns.

A sustentabilidade dos resultados obtidos deve ser considerada desde a fase de planejamento do projeto, como forma de garantir que a estratégia regional trará impactos nas estruturas administrativas dos Estados mesmo após o término de sua execução. O objetivo é garantir que tudo o que for desenvolvido possa gerar melhorias duradouras e mudanças transformativas, que não vão ficar apenas no período de ciclo de vida do projeto.

A estratégia para garantir a sustentabilidade dos resultados passa pelas seguintes etapas: definição prévia e colaborativa dos papéis, responsabilidades e metas dos atores envolvidos; integração das atividades e ações efetivas e práticas estruturantes e estratégicas, considerando o que já está em desenvolvimento e implementação; e desenvolvimento de mecanismos, acessos facilitados e ambientes financeiros favoráveis para sustentar financeiramente e economicamente os resultados da proposta após o ciclo do projeto, considerando o desenvolvimento em baixas emissões.

As atividades que compõem essa proposta foram construídas em diálogo constante com diferentes atores regionais. Os componentes, atividades, resultados esperados, investimento e legado (perenidade dos resultados) foram elaborados de forma a implementar uma estratégia regional de desenvolvimento de baixas emissões buscando rotas e acessos a financiamento via o Padrão de Mercado de Carbono Florestal ART/TREES.

O projeto criará as condições para que os esforços de estruturação de bases legais e institucionais que permitam aos Estados se adequarem a padrões como ART/TREES e acessarem recursos. A experiência e lições colhidas na preparação e habilitação dos estados para acessar o mercado voluntário de reduções de emissões, associado ao fato de que a regulamentação do Artigo 6º do Acordo de Paris pode gerar oportunidades para que o fluxo de investimentos seja intensificado, reforçam a relevância de apoiar os estados para assumir maior protagonismo, sem desconsiderar a integridade ambiental, o risco de dupla contagem, o alinhamento com a NDC etc.

Isso será cristalizado por meio da integração dessas agendas com as metas estratégicas[[8]](#footnote-8) do Consórcio de Governadores da Amazônia Legal. Esta interação com o Consórcio fortalecerá a institucionalidade dos produtos e entregas desta proposta, uma vez que este tem instância e governança formais dentro de cada estado. Adicionalmente, diversos estados da Amazônia têm regulamentações e leis que fomentam e possibilitam o acesso aos mercados de carbono.

No médio prazo, além do aumento significativo dos fluxos financeiros -- decorrentes da redução de emissões (tCO2e) -- os estados e seus parceiros conseguirão destravar rotas financeiras, permitindo maior volume de investimentos estruturantes na transição ao desenvolvimento em baixas emissões. E no longo prazo, os investimentos provenientes do mercado de carbono, e o sucesso nos investimentos em estratégias de combate ao desmatamento ilegal, incêndios florestais, consolidarão programas e ações efetivas sustentada na produção rural sustentável gerarão riqueza e recursos aos povos indígenas, populações tradicionais, agricultores familiares e demais atores relevantes.

## **Capacidade do Parceiro**

|  |
| --- |
| **Capacidade do Parceiro**  Obs.: Proposta regional |
| **Nome da instituição**:  Fundação Amazônia Sustentável - FAS  **Papel da instituição no arranjo institucional de parcerias para a proposta regional:** coordenadora |
| **A organização parceira possui uma forte presença na jurisdição? Sim (X)** Não ( )  A Fundação Amazônia Sustentável implementa, desde 2008, o Programa Bolsa Floresta: mais de 10 mil famílias em uma área de 10,9 milhões de hectares. Com sede em Manaus (AM), a FAS implementou mais de 3,2 mil projetos de geração de renda sustentável, empoderamento e formação de líderes, monitoramento participativo e apoio às políticas públicas em territórios prioritários (UC, TI e assentamentos rurais de agricultura familiar) em 2019. Com uma rede de mais de 260 organizações e um orçamento anual médio de R$ 31 milhões, a FAS é uma das maiores organizações da sociedade civil na Amazônia. **Como resultados efetivos, a FAS contribuiu com a queda do desmatamento em 76% nas áreas atendidas pelo Programa Bolsa Floresta (2008-18) ao mesmo tempo que incrementou a renda média das famílias beneficiadas em 202% (2009-19).** A FAS também é reconhecida mundialmente pelo projeto de REDD+ do Juma: primeiro projeto de REDD+ validado pelo padrão internacional CCB na Amazônia, em 2008, e em processo de validação no padrão VERRA. |
| **A organização parceira tem um forte histórico de implementação de abordagens jurisdicionais alinhadas com as Normas Sociais e Ambientais do PNUD?** **Sim (X)** Não ( )  A FAS tem tido participação ativa na implementação das ações voltados ao processo de regulamentação do componente de REDD+ da Lei de Serviços Ambientais do Amazonas, por meio de uma rede de cinco organizações da sociedade civil parceiras, supervisionados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amazonas (SEMA-AM), financiado pelo PNUD, com apoio da Força Tarefa-GCF. |
| **A organização parceira fornecerá financiamento a qualquer outra organização da sociedade civil como parte deste subsídio?**  Sim, a Fundação Amazônia Sustentável (FAS) possui experiência comprovada em financiamento e repasse (direto e via editais) a outras organizações. Esta proposta terá algumas atividades que terão repasse direto aos parceiros via acordo (*agreement*) e via contrato (*contract*) considerando o sistema de governança da proposta, do PNUD e do GCF-Brasil. |
| **Esta proposta é uma proposta regional?** **Em caso afirmativo, descreva por que é necessária uma abordagem regional e como esta será gerida pelo parceiro.**  Sim. A abordagem regional é fundamental para que os avanços alcançados pela Janela A possam ser regionalizados e integrados a outras políticas e programas exitosos. A falta de articulação entre as atividades nos estados tem diminuído a eficácia das mesmas em se combater o desmatamento. Esforços conjugados, respeitando especificidades locais, serão eficazes para alcançar os compromissos nacionais de redução do desmatamento na Amazônia. O intercâmbio e a coesão regional devem partir de ações locais exitosas e escalona-las via investimentos estruturantes conquistados via mecanismos regionais (e.g., REDD+). |

## **Disposições Institucionais**

[A Fundação Amazônia Sustentável foi indicada pelos governos subnacionais da Amazônia Legal para coordenar a elaboração da proposta e a sua implementação](https://drive.google.com/file/d/1dxfROSpaenYMFQdF100GciCydce0ChSZ/view?usp=sharing). A FAS, em parceria com as organizações da sociedade civil envolvidas na implementação da Janela A, definiu líderes para cada componente e macro atividades -- conforme apresentado na seção Parcerias.

Os líderes das atividades facilitarão e ampliarão as oportunidades de consulta e interações entre os parceiros, secretarias de estado, atores relevantes e espaços de discussão e construção (e.g., Consórcio dos Governadores da Amazônia).

Conforme descrito na seção Participação de Múltiplas Partes Interessadas, a FAS fará a coordenação administrativa e executiva liderando o desenho da proposta, coordenando a implementação das atividades, facilitando interações e integrações, e organizando “pontos de checagem” de resultados, avaliação e monitoramento e mensuração de impactos com todos os envolvidos. Isto será feito por meio de interações remotas e virtuais, via encontros, reuniões, seminários e painéis inteligentes de acompanhamento de indicadores de gestão, de resultado e impacto. As Partes Interessadas, tanto dos estados quanto dos parceiros, serão capacitadas e terão acesso facilitado a essas ferramentas de gestão e acompanhamento.

No nível local, aproveitar-se-á a estrutura construída e melhorada na Janela A: uma organização da sociedade civil parceira será o ponto de contato direto, e não único, com os técnicos da respectiva secretaria de meio ambiente. Periodicamente, via reuniões operacionais, a FAS coordenará o alinhamento de todos os envolvidos e facilitará a tomada de decisão colaborativa considerando e respeitando possíveis fatores locais mapeados e não mapeados.

No nível regional haverá duas instâncias, executiva e estratégica, que permitirão a plena participação dos parceiros, dos estados e também de outros atores (e.g., lideranças indígenas e tradicionais, associações de agricultores, Consórcio etc.). Nessas reuniões, restritas ou abertas, a FAS apresentará, juntamente com os parceiros, o andamento da proposta tendo dois objetivos efetivos: (a) acompanhamento executivo de cronograma físico e financeiro, e (b) avaliações técnicas e estratégicas considerando a matriz lógica, indicadores, matriz de risco e demais ferramentas de gestão, monitoramento e avaliação.

Por fim, é importante ressaltar dois aspectos: (1) a instância de definição é composta pelas secretarias de meio ambiente da Amazônia Legal, com apoio técnico e estratégico dos parceiros, e (2) o reconhecimento do papel do GCF-Brasil na articulação, facilitação e apoio na tomada de decisão junto às secretarias de meio ambiente.

## **Finanças**

### Parcerias Financeiras

Os parceiros e as secretarias de meio ambiente aplicarão financiamento adicional de diversas fontes para alavancar os recursos desta proposta. Estima-se uma contrapartida financeira e econômica de USD 150.118. Incluindo esta contrapartida, o orçamento da proposta está em USD 1,9 milhões; portanto a contrapartida representa cerca de 8%.

Adicionalmente a isso, os parceiros se comprometem a buscar recursos complementares de outras fontes (públicas, privadas, nacionais e internacionais) para buscar complementaridade de ações e interações entre fontes de financiamento.

### Orçamento

O orçamento encontra-se em documento separado, podendo ser acessado neste [link.](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1pwMPNX3437FWB1a0YnNgoS9qAvwwgjv9Ya3eGTGUf-M/edit#gid=0)

# *ANEXO 1: Gestão dos Riscos e Impactos Sociais e Ambientais relacionados à Proposta de Financiamento*

**Questionário para as Partes Responsáveis**

**SEÇÃO 1: Demonstração de Conformidade com as Normas Sociais e Ambientais (SES) do PNUD**

1. Descreva na coluna da direita da tabela do **Anexo 1** como as políticas e procedimentos da sua organização abordam os principais objetivos do SES e os indicadores de revisão. Identifique quaisquer lacunas na consistência e as medidas propostas para preencher tais lacunas.
2. Há quanto tempo as políticas e procedimentos sociais e ambientais de sua organização estão em vigor? **Desde sua criação, em 2007.**
3. A sua organização foi credenciada ao Fundo Verde do Clima? (Sim/**Não**) Em caso afirmativo, em que nível? (Baixo/Médio/Alto)
4. A sua organização foi aprovada como Parceiro de Implementação do GEF? (Sim/Não)
5. As políticas e procedimentos da sua organização foram avaliados em relação a qualquer outra política de salvaguarda relevante? (Sim/Não). Em caso afirmativo, quais? **Auditoria externa e independente da Janela A (2020); chamamento público para credenciamento como agentes executor na Política Estadual de Serviços Ambientais do Amazonas (2020); Edital Global 100&Change[[9]](#footnote-9) da Fundação MacArthur (2019-2020); avaliação da GIZ-Cooperação Alemã (2019); avaliação independente da UNICEF (2018)**

Identificação, Avaliação e Gestão dos Riscos e Impactos Sociais e Ambientais Associados à Proposta de Financiamento

1. Descreva os riscos sociais e ambientais e as medidas de gestão associadas à proposta de financiamento, completando a lista de verificação e o quadro do **Anexo 2**[[10]](#footnote-10).

Alinhamento com a abordagem nacional de salvaguardas

1. Descrever como a proposta de financiamento será alinhada com a abordagem nacional de salvaguardas.

Em 2009 a Fundação Amazônia Sustentável certifica o [projeto de REDD+ do Juma utilizando a metodologia da Matriz de Sustentabilidade](https://idesam.org/publicacao/pdd-projeto-juma-ptbr.pdf); uma ferramenta efetiva para construir e monitorar impactos socioambientais de projetos de conservação. Em 2010 diversas organizações se reuniram para elaborar o primeiro documento técnico de salvaguardas de REDD+ no Brasil: [Desenvolvendo Salvaguardas Socioambientais de REDD+](http://www2.funbio.org.br/download/guiaREDD_portugues_digital2.pdf), e 2010. Este documento foi um marco pela densidade de conteúdo e a abrangência de organizações para a escuta ativa às lideranças e especialistas. No Acre, em 2013, foi publicado o [Manual de Monitoramento de Salvaguardas Socioambientais de REDD+ no SISA](http://imc.ac.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/Manual-Monitoramento-Salvaguardas-SISA.pdf). Um importante passo na aplicação e operacionalização de um sistema robusto no nível estadual. Muitas organizações envolvidas nesta proposta tiveram contribuições extremamente relevantes na elaboração técnica e na facilitação da participação de lideranças e atores relevantes. Tudo isso contribuiu com o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações sobre Salvaguardas de REDD+ (SISREDD+) em 2015.

Esta proposta pretende revisitar esses protocolos e metodologias de salvaguardas para programas e projetos de REDD+ para (i) atualiza-los para que possam ser aplicados de maneira efetiva na perspectiva regional (ii) expandi-los para incluir outras ações como bioeconomia e empreendedorismo em territórios prioritários (UC, TI e assentamentos rurais de agricultura familiar).

**SEÇÃO 2: Demonstração da Conformidade com as Normas Sociais e Ambientais (SES) do PNUD**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Principais Objetivos do SES do PNUD por Área Temática** | | **Política ou procedimento relevante da Parte Responsável; lacunas e medidas para preenchimento de lacunas** |
| Direitos Humanos | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Apoiar o respeito universal e a observância dos direitos humanos e das liberdades fundamentais de todos | Medidas em vigor para defender os princípios dos direitos humanos de responsabilização e do Estado de direito, participação e inclusão, e igualdade e não discriminação  Nenhuma atividade empreendida que possa contribuir para violações das obrigações de um Estado em matéria de direitos humanos e dos principais tratados internacionais de direitos humanos | a. [FAS’ Safeguards on Human Rights, Women’s Rights & Gender Equality, and Indigenous Peoples’ Rights](https://drive.google.com/file/d/1a0ijT4bV5ch13u35bLfVFlpWS8IDyZjf/view?usp=sharing) |
| b. [Código de conduta, princípios de ética e vida sustentável](https://drive.google.com/file/d/1AZPNt7EzJxZho1VvhMYd3ThRcra3nbmT/view?usp=sharing) |
| Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres | A atividade não discrimina mulheres ou meninas nem reforça a discriminação baseada no gênero  Atividade concebida com sensibilidade de gênero (por exemplo, atender às necessidades, interesses e preocupações tanto de mulheres quanto de homens)  Acesso equitativo a oportunidades, benefícios e recursos  Participação significativa e equitativa de mulheres e homens | a. [FAS’ Safeguards on Human Rights, Women’s Rights & Gender Equality, and Indigenous Peoples’ Rights](https://drive.google.com/file/d/1a0ijT4bV5ch13u35bLfVFlpWS8IDyZjf/view) |
| b. [Código de conduta, princípios de ética e vida sustentável](https://drive.google.com/file/d/1AZPNt7EzJxZho1VvhMYd3ThRcra3nbmT/view) |
| c. [ANTI-HARASSMENT AND ANTI-DISCRIMINATION POLICY](https://drive.google.com/file/d/1ji42W-iuuUTecRdISL_9tPvswWaKdtjS/view?usp=sharing) |
| Avaliação e Gestão Social e Ambiental | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Os potenciais riscos e impactos sociais e ambientais são identificados, avaliados, gerenciados e monitorados | Processo sistemático para identificar, avaliar, mitigar e gerir potenciais riscos e impactos sociais e ambientais.  Avaliação e gestão conduzidas de forma proporcional à importância dos riscos  As medidas de mitigação do impacto respeitam a hierarquia de mitigação  As medidas de mitigação monitoradas de forma proporcional aos riscos e ações corretivas são tomadas conforme necessário | a. [FAS’ Safeguards on Human Rights, Women’s Rights & Gender Equality, and Indigenous Peoples’ Rights](https://drive.google.com/file/d/1a0ijT4bV5ch13u35bLfVFlpWS8IDyZjf/view?usp=sharing) |
| Participação das Partes Interessadas | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Promover a participação efetiva das partes interessadas durante todo o ciclo da proposta | Partes interessadas e processo de engajamento identificados  Partes interessadas, em especial grupos afetados por propostas, implicadas no planejamento, implementação, monitoramento  Grupos vulneráveis ou desfavorecidos identificados e consultados  Opiniões das partes interessadas tomadas em consideração e contempladas na concepção e implementação da proposta | a. [FAS’ Safeguards on Human Rights, Women’s Rights & Gender Equality, and Indigenous Peoples’ Rights](https://drive.google.com/file/d/1a0ijT4bV5ch13u35bLfVFlpWS8IDyZjf/view?usp=sharing) |
| Assegurar que as partes interessadas tenham acesso a informações relevantes e oportunas | Informações sobre oportunidades e riscos da proposta divulgadas em tempo hábil, acessível, de forma apropriada, idioma  Revisões e avaliações ambientais/sociais divulgadas |
| Assegurar que as partes interessadas possam comunicar as suas preocupações quanto à proposta | As partes interessadas têm acesso a um mecanismo ou processo eficaz de reparação de queixas |
| Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Principais Objetivos: | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Conservar a biodiversidade | Impactos adversos (diretos e indiretos) sobre os recursos naturais, biodiversidade e serviços ecossistêmicos identificados, avaliados, mitigados e gerenciados  Sem conversão de florestas naturais  Sem impactos adversos mensuráveis em habitats críticos  Impactos adversos a outros tipos de habitat evitados, minimizados e geridos  Sem redução de espécies ameaçadas de extinção  Sem introdução de espécies invasivas conhecidas | a. [FAS’ Safeguards on Climate and Environment](https://drive.google.com/file/d/1vGIjRU-AucKcWyUa-j4ji2WQsJwBalCz/view?usp=sharing) |
| Manter e aumentar os benefícios dos serviços ecossistêmicos |
| Promover a gestão sustentável dos recursos naturais vivos (por exemplo, silvicultura, agricultura, pecuária, pesca) | Assegurar uma gestão sustentável dos recursos que proteja a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos  Práticas apropriadas de produção/gestão de recursos sustentáveis específicas da indústria aplicadas, incluindo sistemas de certificação credíveis, quando for o caso.  Práticas sustentáveis apoiadas para pequenos produtores  Acordos equitativos de partilha de benefícios alcançados para a utilização de recursos genéticos |
| Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas Principais Objetivos: | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Assegurar propostas sensíveis aos riscos das alterações climáticas | Componentes da proposta revisados para sensibilidade e vulnerabilidade a potenciais mudanças climáticas  Riscos sociais e de gênero e impactos diferenciados relacionados às mudanças climáticas abordados | a. [FAS’ Safeguards on Climate and Environment](https://drive.google.com/file/d/1vGIjRU-AucKcWyUa-j4ji2WQsJwBalCz/view?usp=sharing) |
| Reduzir as emissões de GEE relacionadas com as propostas | Alternativas viáveis consideradas e adotadas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) relacionadas à proposta |
| Saúde, Segurança e Condições de Trabalho na Comunidade | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Evitar impactos adversos na saúde e segurança | Riscos para as comunidades e trabalhadores da construção e outras intervenções evitados ou minimizados e geridos  Medidas adotadas para prevenir ou minimizar os riscos à saúde e a propagação de doenças infecciosas | a. [Código de conduta, princípios de ética e vida sustentável](https://drive.google.com/file/d/1AZPNt7EzJxZho1VvhMYd3ThRcra3nbmT/view?usp=sharing) |
| Respeitar e promover os direitos dos trabalhadores | Medidas em vigor para promover a não discriminação, a igualdade de oportunidades e o tratamento justo dos trabalhadores  Não utilização de trabalho forçado ou trabalho infantil, em conformidade com as convenções relevantes da OIT |
| Proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis | Medidas adotadas para garantir condições de trabalho saudáveis e seguras |
| Patrimônio Cultural | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Proteger, administrar e conservar o patrimônio cultural | Patrimônio cultural protegido de riscos e impactos adversos  Peritos qualificados utilizados para gestão de risco e conservação  Oportunidade de encontrar procedimentos em vigor | a. [Código de conduta, princípios de ética e vida sustentável](https://drive.google.com/file/d/1AZPNt7EzJxZho1VvhMYd3ThRcra3nbmT/view?usp=sharing) |
| Promover a partilha equitativa dos benefícios da utilização do patrimônio cultural | Informar as comunidades afetadas sobre os direitos e proceder somente se as negociações de boa-fé permitirem a partilha justa e equitativa dos benefícios |
| Deslocamento e Reassentamento | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Evitar impactos adversos da aquisição de terras ou recursos ou restrições no uso da terra/recursos. Minimizar os impactos adversos onde não seja possível evitá-los. | Medidas em vigor para evitar, e quando não for possível evitar, minimizar e mitigar o deslocamento físico ou econômico da terra ou da aquisição de recursos ou restrições ao uso da terra ou dos recursos.  Quaisquer atividades de deslocamento realizadas de forma totalmente participativa | a. [FAS’ Safeguards on Climate and Environment](https://drive.google.com/file/d/1vGIjRU-AucKcWyUa-j4ji2WQsJwBalCz/view?usp=sharing)  b. [Código de conduta, princípios de ética e vida sustentável](https://drive.google.com/file/d/1AZPNt7EzJxZho1VvhMYd3ThRcra3nbmT/view?usp=sharing) |
| Reconhecer e respeitar a proibição de expulsões forçadas | Sem despejos forçados, permitindo despejos apenas em circunstâncias excepcionais que cumpram os critérios legais |
| Melhorar ou pelo menos restaurar a subsistência de todos os deslocados e melhorar o nível de vida dos pobres deslocados e de outros grupos deslocados | Meios de subsistência de quaisquer pessoas deslocadas melhorados ou, pelo menos, restaurados através de compensações a custos totais de substituição e outra forma de assistência |
| Povos Indígenas |  |  |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Reconhecer e promover o pleno respeito aos direitos humanos dos povos indígenas | Direitos dos povos indígenas reconhecidos e protegidos  Sem ações apoiadas que violem os direitos dos povos indígenas | a. [FAS’ Safeguards on Human Rights, Women’s Rights & Gender Equality, and Indigenous Peoples’ Rights](https://drive.google.com/file/d/1a0ijT4bV5ch13u35bLfVFlpWS8IDyZjf/view)  b. [Código de conduta, princípios de ética e vida sustentável](https://drive.google.com/file/d/1AZPNt7EzJxZho1VvhMYd3ThRcra3nbmT/view?usp=sharing)  c. [FAS’ Safeguards on Climate and Environment](https://drive.google.com/file/d/1vGIjRU-AucKcWyUa-j4ji2WQsJwBalCz/view?usp=sharing) |
| Assegurar propostas concebidas em parceria com a participação plena e efetiva dos povos indígenas, e assegurar o FPIC onde os direitos de PI, terras, recursos, territórios dos meios de subsistência tradicionais são afetados | Participação significativa culturalmente apropriada empreendida para todas as atividades que afetam os povos indígenas  Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) obtido para atividades que afetam os direitos, interesses, terras, recursos, territórios, meios de subsistência tradicionais dos povos indígenas afetados  Sem realocação de povos indígenas sem CLPI e somente após compensação justa e equitativa, com opção de retorno sempre que possível |
| Promover maior controle e gestão pelos povos indígenas dos empreendimentos que afetam suas terras e recursos, alinhados com suas visões e prioridades | As medidas reconhecem os direitos coletivos dos povos indígenas de possuir, usar, desenvolver e controlar terras, recursos e territórios que tradicionalmente possuem e ocupam, usados ou adquiridos de outra forma |
| Evitar impactos adversos, mitigar impactos residuais, garantir benefícios e oportunidades justos e equitativos de forma culturalmente adequada | Os impactos adversos sobre os povos indígenas são evitados, e onde não é possível evitá-los, minimizados e mitigados  Medidas em vigor para assegurar a partilha equitativa dos benefícios das atividades propostas de forma culturalmente adequada |
| Prevenção da Poluição e Eficiência de Recursos | | |
| *Principais Objetivos:* | *Indicadores para revisão:* |  |
| Evitar/minimizar os impactos adversos da poluição na saúde humana e no meio ambiente | Medidas em vigor para evitar, minimizar e mitigar os riscos à saúde humana e ao meio ambiente decorrentes de poluentes, resíduos e materiais perigosos  Abordagens de Manejo Integrado de Pragas (MIP) utilizadas para reduzir a dependência de pesticidas sintéticos  Os pesticidas eficazes menos tóxicos utilizados e pesticidas manuseados de acordo com o Código de Conduta da FAO | a. [Código de conduta, princípios de ética e vida sustentável](https://drive.google.com/file/d/1AZPNt7EzJxZho1VvhMYd3ThRcra3nbmT/view?usp=sharing) |
| Promover uma utilização mais sustentável dos recursos, incluindo energia, terra e água | Medidas viáveis implementadas para melhorar a eficiência no consumo de insumos (por exemplo, commodities, energia, água)  O uso dos recursos hídricos não tem impacto adverso sobre outros ou sobre ecossistemas sensíveis |

**SEÇÃO 3: Identificação, Avaliação e Gestão dos Riscos e Impactos Sociais e Ambientais Associados à Proposta de Financiamento**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Lista de Verificação de Potenciais Riscos Sociais e Ambientais** | | |
| Princípio 1: Direitos Humanos | Resposta (Sim/Não) |
| 1. A Proposta poderia levar a impactos adversos no gozo dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais ou culturais) da população afetada e em especial de grupos marginalizados? | Não |
| 2. Existe a possibilidade de que a Proposta venha a ter impactos adversos injustos ou discriminatórios sobre as populações afetadas, em especial as pessoas que vivem em situação de pobreza ou os indivíduos ou grupos marginalizados ou excluídos? | Sim |
| 3. A Proposta teria o potencial de restringir a disponibilidade, qualidade e acesso a recursos ou serviços básicos, em particular a indivíduos ou grupos marginalizados? | Não |
| 4. Existe a possibilidade de que a Proposta venha a excluir qualquer interessado potencialmente afetado, em especial os grupos marginalizados, de participar plenamente nas decisões que possam afetá-los? | Sim |
| 5. Existe o risco de que os detentores de direitos não tenham a capacidade de cumprir as suas obrigações na Proposta? | Sim |
| 6. Existe o risco de que os titulares de direitos não tenham a capacidade de reivindicar os seus direitos? | Não |
| 7. As comunidades locais ou indivíduos, dada a oportunidade, manifestaram preocupações com os direitos humanos em relação à Proposta durante o processo de engajamento das partes interessadas? | Sim |
| 8. Existe o risco de que a Proposta possa exacerbar conflitos entre e/ou o risco de violência para as comunidades e indivíduos afetados pela proposta? | Não |
| Princípio 2: Igualdade de Gênero e Empoderamento das Mulheres |  |
| 1. Existe a possibilidade de que a Proposta apresentada tenha impactos adversos na igualdade de gênero e/ou na situação das mulheres e meninas? | Não |
| 2. A Proposta poderia reproduzir discriminações contra as mulheres com base no gênero, especialmente em relação à participação na concepção e implementação ou ao acesso a oportunidades e benefícios? | Não |
| 3. Os grupos/líderes de mulheres manifestaram preocupações sobre a igualdade de gênero durante o processo de engajamento das partes interessadas e isso foi incluído na proposta geral da Proposta e na avaliação de risco? | Sim |
| 4. A proposta teria o potencial de limitar a capacidade das mulheres de utilizar, desenvolver e proteger os recursos naturais, tendo em conta os diferentes papéis e posições das mulheres e dos homens no acesso a bens e serviços ambientais?  Por exemplo, atividades que poderiam levar à degradação ou esgotamento dos recursos naturais nas comunidades que dependem desses recursos para a sua subsistência e bem-estar | Não |
| Princípio 3: Sustentabilidade Ambiental: As questões de triagem relativas aos riscos ambientais são englobadas pelas seguintes perguntas específicas relacionadas com a Norma |  |
|  |  |
| Norma 1: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais |  |
| 1.1 A proposta teria o potencial de causar impactos adversos aos habitats (por exemplo, habitats modificados, naturais e críticos) e/ou ecossistemas e serviços ecossistêmicos?  Por exemplo, através da perda, conversão ou degradação de habitats, fragmentação, mudanças hidrológicas etc. | Não |
| 1.2 As atividades da Proposta são consideradas dentro ou adjacentes a habitats críticos e/ou áreas ambientalmente sensíveis, incluindo áreas legalmente protegidas (por exemplo, reserva natural, parque nacional), áreas propostas para proteção ou reconhecidas como tal por fontes autorizadas e/ou povos indígenas ou comunidades locais? | Sim |
| 1.3 A proposta envolve mudanças no uso de terras e recursos que podem ter impactos adversos sobre os habitats, ecossistemas e/ou meios de subsistência? (Observação: no caso de restrições e/ou limitações de acesso às terras, consulte a Norma 5) | Não |
| 1.4 As atividades da Proposta representariam riscos para as espécies ameaçadas de extinção? | Não |
| 1.5 A Proposta representaria um risco de introdução de espécies exóticas invasoras? | Não |
| 1.6 A Proposta envolve a exploração de florestas naturais, desenvolvimento de plantações, ou reflorestamento? | Sim |
| 1.7 A Proposta envolve a produção e/ou colheita de populações de peixes ou outras espécies aquáticas? | Não |
| 1.8 A Proposta envolve extração, desvio ou contenção significativa de águas superficiais ou subterrâneas?  Por exemplo, a construção de barragens, reservatórios, desenvolvimento de bacias hidrográficas, extração de águas subterrâneas | Não |
| 1.9 A Proposta envolve a utilização de recursos genéticos? (por exemplo, coleta e/ou colheita, desenvolvimento comercial) | Não |
| 1.10 A proposta geraria potenciais preocupações ambientais adversas transfronteiriças ou globais? | Não |
| 1.11 A Proposta resultaria em atividades de desenvolvimento secundário ou consequente que poderiam levar a efeitos sociais e ambientais adversos, ou geraria impactos cumulativos com outras atividades conhecidas existentes ou planejadas na área?  Por exemplo, uma nova estrada através de terras florestais gerará impactos ambientais e sociais diretos (por exemplo, corte de árvores, terraplenagem, possível relocalização de habitantes). A nova estrada também pode facilitar a invasão de terras por colonos ilegais ou gerar desenvolvimento comercial não planejado ao longo da rota, potencialmente em áreas sensíveis. Estes são impactos indiretos, secundários ou induzidos que precisam ser considerados. Além disso, se projetos similares na mesma área florestal são planejados, os impactos cumulativos de múltiplas atividades (mesmo que não façam parte da mesma Proposta) precisam ser considerados. | Não |
| Norma 2: Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas |  |
| 2.1 A Proposta apresentada irá resultar em emissões significativas de gases de efeito estufa ou poderá agravar as alterações climáticas? | Não |
| 2.2 Os potenciais resultados da proposta seriam sensíveis ou vulneráveis aos potenciais impactos das mudanças climáticas? | Sim |
| 2.3 É provável que a Proposta apresentada aumente direta ou indiretamente a vulnerabilidade social e ambiental às mudanças climáticas agora ou no futuro (também conhecidas como práticas desadaptadas)?  Por exemplo, as mudanças no planejamento do uso da terra podem incentivar um maior desenvolvimento das planícies de inundação, aumentando potencialmente a vulnerabilidade da população às mudanças climáticas, especificamente às inundações | Não |
| Norma 3: Saúde, Segurança e Condições de Trabalho na Comunidade |  |
| 3.1 Os elementos da construção, operação ou desativação da Proposta representariam potenciais riscos de segurança para as comunidades locais? | Não |
| 3.2 A proposta representaria riscos potenciais para a saúde e segurança da comunidade devido ao transporte, armazenamento e uso e/ou descarte de materiais nocivos ou perigosos (por exemplo, explosivos, combustível e outros produtos químicos durante a construção e operação)? | Não |
| 3.3 A Proposta envolve o desenvolvimento de infraestrutura em larga escala (por exemplo, barragens, estradas, edifícios)? | Não |
| 3.4 O fracasso de elementos estruturais da Proposta representaria riscos para as comunidades? (Por exemplo, colapso de edifícios ou infraestrutura) | Não |
| 3.5 A Proposta apresentada seria suscetível a ou levaria a uma maior vulnerabilidade a terremotos, subsidência, deslizamentos de terra, erosão, inundações ou condições climáticas extremas? | Não |
| 3.6 A Proposta resultaria num potencial aumento dos riscos à saúde (por exemplo, de doenças transmitidas pela água ou por outros vetores ou infecções transmissíveis como o HIV/AIDS)? | Não |
| 3.7 A Proposta apresenta riscos potenciais e vulnerabilidades relacionadas à saúde e segurança no trabalho devido a riscos físicos, químicos, biológicos e radiológicos durante a construção, operação ou desativação da Proposta? | Não |
| 3.8 A Proposta envolve apoio ao emprego ou meios de subsistência que podem não cumprir as normas trabalhistas nacionais e internacionais (isto é, princípios e normas das convenções fundamentais da OIT)? | Não |
| 3.9 A Proposta envolve pessoal de segurança que pode representar um risco potencial para a saúde e segurança das comunidades e/ou indivíduos (por exemplo, devido à falta de treinamento adequado ou responsabilidade)? | Não |
| Norma 4: Patrimônio Cultural |  |
| 4.1 A Proposta apresentada irá resultar em intervenções que possam ter um impacto adverso em sítios, estruturas ou objetos com valores históricos, culturais, artísticos, tradicionais ou religiosos ou formas intangíveis de cultura (por exemplo, conhecimentos, inovações, práticas)? (Observação: As Propostas destinadas a proteger e conservar o Patrimônio Cultural também podem ter impactos adversos inesperados) | Não |
| 4.2 A Proposta propõe a utilização de formas tangíveis e/ou intangíveis de patrimônio cultural para fins comerciais ou outros? | Sim |
| Norma 5: Deslocação e Reassentamento |  |
| 5.1 A Proposta envolveria potencialmente um deslocamento físico temporário ou permanente e total ou parcial? | Não |
| 5.2 A Proposta poderia resultar em deslocamento econômico (por exemplo, perda de ativos ou acesso a recursos devido à aquisição de terras ou restrições de acesso - mesmo na ausência de realocação física)? | Não |
| 5.3. Existe o risco de que a Proposta conduza a expulsões forçadas? | Não |
| 5.4 A Proposta apresentada poderia afetar acordos de posse de terra e/ou direitos de propriedade baseados na comunidade/direitos alfandegários à terra, territórios e/ou recursos? | Não |
| Norma 6: Povos Indígenas |  |
| 6.1. Os povos indígenas estão presentes na área da Proposta (incluindo a área de influência da Proposta)? | Sim |
| 6.2. É provável que a Proposta ou partes da Proposta estejam localizadas em terras e territórios reivindicados pelos povos indígenas? | Sim |
| 6.3 A Proposta apresentada teria o potencial de afetar os direitos humanos, terras, recursos naturais, territórios e meios de subsistência tradicionais dos povos indígenas (independentemente de os povos indígenas possuírem os títulos legais para tais áreas, de a Proposta estar localizada dentro ou fora das terras e territórios habitados pelos povos afetados, ou de os povos indígenas serem reconhecidos como povos indígenas pelo país em questão)?  Se a resposta à pergunta de triagem 6.3 for "sim", os impactos potenciais de risco são considerados potencialmente severos e/ou críticos e a Proposta seria classificada como de Risco Moderado ou Alto. | Não |
| 6.4. Houve uma ausência de consultas culturalmente adequadas realizadas com o objetivo de alcançar o CLPI em assuntos que possam afetar os direitos e interesses, terras, recursos, territórios e meios de subsistência tradicionais dos povos indígenas em questão? | Não |
| 6.5 A Proposta apresentada envolve a utilização e/ou desenvolvimento comercial dos recursos naturais em terras e territórios reivindicados pelos povos indígenas? | Sim |
| 6.6. Existe um potencial para o despejo forçado ou o deslocamento físico ou econômico total ou parcial dos povos indígenas, inclusive através de restrições de acesso a terras, territórios e recursos? | Não |
| 6.7 A Proposta afetaria adversamente as prioridades de desenvolvimento dos povos indígenas, conforme definidas por eles? | Não |
| 6.8 A Proposta teria o potencial de afetar a sobrevivência física e cultural dos povos indígenas? | Não |
| 6.9 A Proposta teria o potencial de afetar o patrimônio cultural dos povos indígenas, inclusive através da comercialização ou uso de seus conhecimentos e práticas tradicionais? | Não |
| Padrão 7: Prevenção da Poluição e Eficiência de Recursos |  |
| 7.1 A Proposta teria o potencial de afetar o patrimônio cultural dos povos indígenas, inclusive através da comercialização ou uso de seus conhecimentos e práticas tradicionais? | Não |
| 7.2 A Proposta apresentada poderia resultar na geração de resíduos (tanto perigosos como não perigosos)? | Não |
| 7.3 A Proposta apresentada poderá envolver a fabricação, comércio, liberação e/ou uso de produtos químicos e/ou materiais perigosos? A Proposta propõe o uso de produtos químicos ou materiais sujeitos a proibições internacionais ou eliminação progressiva?  Por exemplo, DDT, PCBs e outras substâncias químicas listadas em convenções internacionais como as Convenções de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes ou o Protocolo de Montreal. | Não |
| 7.4 A Proposta apresentada irá envolver a aplicação de pesticidas que possam ter um efeito negativo no ambiente ou na saúde humana? | Não |
| 7.5 A Proposta inclui atividades que requerem consumo significativo de commodities, energia e/ou água? | Não |

***SEÇÃO 4: Riscos e Medidas de Mitigação***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Quais são os Riscos Sociais e Ambientais Potenciais?**  **Observação: Faça uma breve descrição dos potenciais riscos sociais e ambientais identificados na Lista de Verificação da Triagem de Riscos (com base em qualquer resposta afirmativa).** | **Qual é o nível de importância dos potenciais riscos sociais e ambientais?** | | | **Que medidas de avaliação e gestão social e ambiental foram tomadas e/ou requeridas para enfrentar riscos potenciais (para Riscos de Relevância Moderada e Alta)?** | |
| ***Descrição do Risco*** | ***Impacto e Probabilidade (1-5)*** | ***Relevância***  ***(Baixa, Moderada, Alta)*** | ***Comentários*** | ***Descrição das medidas de avaliação e gestão refletidas na proposta de financiamento.*** | |
| **Direitos Humanos** | | | | | |
|  |  |  |  |  | |
| 1.. **Exclusão de qualquer interessado potencialmente afetado**, e/ou **geração de impactos adversos ou injustos** em especial os grupos marginalizados, da participação plena nas decisões que possam afetá-los | Impacto: 5  Probabilidaade: 5 | Alta | O risco eminente existe, dada a diversidade, a dispersão geográfica e as dificuldades de comunicação e acesso aos territórios onde se localizam os grupos marginalizados | O componente #7 da proposta é dedicado ao monitoramento da implementação das salvaguardas socioambientais e pretende garantir a participação de todos os atores relevantes nos processos de decisão. A medida que se monitora os riscos do projeto, poderão ser identificadas necessidades específicas de planos de engajamento e garantia de participação dos grupos marginalizados | |
| 2. Detentores de direitos não tenham a capacidade de **cumprir as suas obrigações** na Proposta | Impacto:5  Probabilidade: 5 | Alta | O risco se concretiza caso os detentores não tenham conhecimento dos seus deveres | O projeto se baseia na co-criação de critérios, estratégias, programas e projetos, por meio de escuta ativa dos atores regionais e locais via eventos, oficinas e fóruns. Portanto, todos os envolvidos terão plena consciência e acordo de suas atividades. Adicionalmente, o componente #4 da proposta é voltado à comunicação e redes, que compartilhará dados e informações de maneira efetiva às partes interessadas | |
| 3. Manifestação de **preocupações das partes interessadas com os direitos humanos** em relação à Proposta | Impacto: 3  Probabilidade: 1 | Média | A FAS, por 12 anos, implementa projetos em comunidades ribeirinhas – tendo aperfeiçoado seus mecanismos de escuta e construção participativa. Adicionalmente, todos os envolvidos no projeto têm políticas interna de ética das organizações envolvidas não permitem esse tipo de violação | A FAS e parceiros da proposta tem canais de escuta e endereçamento de denúncias e violações que são avaliadas e periodicamente | |
| 4 Manifestação de **preocupação de grupos/líderes de mulheres sobre a igualdade de gênero** durante o processo de engajamento das partes interessadas | Impacto: 4  Probabilidade: 1 | Moderada | Todas as organizações parceiras têm políticas e projetos de empoderamento feminino na Amazônia | O projeto tem sólido sistema de inclusão das pautas de equidade de gênero nos níveis estratégicos e seus parceiros tem grande experiência com projetos de empoderamento e engajamento femininos. Caso haja qualquer tipo de violação ou discriminação relacionada à gênero, as rotinas de monitoramento e os mecanismos de escuta serão acionadas e as denúncias averiguadas e encaminhadas | |
| **Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais** | | | | | |
| 5. **Realização de atividades dentro ou nas adjacências de habitats críticos e/ou áreas ambientalmente sensíveis**, incluindo áreas legalmente protegidas (por exemplo, reserva natural, parque nacional), áreas propostas para proteção ou reconhecidas como tal por fontes autorizadas e/ou povos indígenas ou comunidades locais | Impacto: 3  Probabilidade: 2 | Média | As atividades serão majoritariamente executadas em Áreas Protegidas e Terra Indígenas respeitando políticas existentes, lideranças locais e melhor conhecimento técnico científico disponível. Além disso todas as atividades do projeto terão interação direta no uso sustentável da biodiversidade da Amazônia | | Os Estados e parceiros tem rígidas ferramentas de monitoramento em áreas protegidas e terras indígenas. Isto fará parte da rotina de monitoramento do projeto por ser lei. Caso haja alguma denúncia ou identificação de infração, esta será endereçada pelos Estados e Governo Federal (em caso de UC Federal e Terra Indígena). O processo de criação participativa priorizará técnicas e intervenções de baixo impacto socioambiental no território. Indicadores relacionados ao desmatamento e uso da terra permitirão monitorar qualquer infração contra o manejo sustentável da floresta. |
| **Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas** | | | | | |
| 6. Comprometimento dos potenciais resultados da proposta por serem sensíveis ou vulneráveis aos **potenciais impactos das mudanças climáticas** | Impacto: 4  Probabilidade: 2 | Moderado | O projeto é vulnerável aos impactos das mudanças climáticas (e.g., secas e chuvas prolongadas) para a implementação de projetos e acesso a localidades mais remotas | | Toda e qualquer atividade planejada terá acompanhamento periódico e será discutida entre os parceiros envolvidos. Em caso de desafio por conta de condições climáticas ou meteorológicas, as atividades serão replanejadas sem prejuízo ao projeto e suas entregas |
| **Patrimônio Cultural** | | | | | |
| 7. Utilização de formas tangíveis e/ou intangíveis de **patrimônio cultural para fins comerciais ou outros** | Impacto: 2  Probabilidade: 1 | Baixa | O projeto promoverá atividades comerciais ligadas ao PSA, carbono e bioeconomia. Patrimônio cultural material e imaterial envolvidos não serão comercializados. Dada a classificação de baixo probabilidade, este risco será constantemente monitorado e ações serão providenciadas na medida em que o grau de ameaça do risco aumente. | | Todas as atividades comerciais do projeto beneficiarão grupos vulneráveis e terão acompanhamento periódico considerando o protocolo de salvaguardas socioambientais, que irá contemplar patrimônios culturais materiais e imateriais |
| **Deslocação e Reassentamento** | | | | | |
| **Povos Indígenas** | | | | | |
| 8. **Presença de povos indígenas** na área da Proposta (incluindo a área de influência da Proposta) | Impacto: 4  Probabilidade: 5 | Alta | Em boa parte dos territórios onde o projeto será realizado há presença ou afetação de interesses dos povos indígenas | | Respeito à Convenção 169 da OIT, monitoramento de salvaguardas com apontamentos de medidas corretivas para situações onde direitos sejam violados |
| 9. **Utilização comercial dos recursos naturais** em terras e territórios reivindicados pelos povos indígenas | Impacto: 4  Probabilidade: 3 | Alta | Todas as atividades do projeto serão previamente e detalhadamente avaliadas para evitar sobreposições de atribuições entre os governos estaduais e federal, conflitos entre grupos étnicos e otimização de esforços e parcerias. Além disso, o projeto promoverá atividades comerciais ligadas ao PSA, carbono e bioeconomia, respeitando as leis vigentes, acordos internacionais e alinhamentos com atores e lideranças locais. | | Respeito à Convenção 169 da OIT, monitoramento de salvaguardas com apontamentos de medidas corretivas para situações onde direitos sejam violados |

1. Fonseca et al (2019), available at <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/gcb.14709>. [↑](#footnote-ref-1)
2. Amigo (2020), available at <https://www.nature.com/articles/d41586-020-00508-4>. [↑](#footnote-ref-2)
3. Santos et al (2019), available at <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0226224> [↑](#footnote-ref-3)
4. [Perspectivas de Inclusão de Gênero no Sistema Estadual de REDD+ do Amazonas: 5 Passos para a Inclusão de Mulheres em Projetos de REDD+.](https://fas-amazonia.org/novosite/wp-content/uploads/2020/12/perspectivas-de-inclusao-de-genero-no-sistema-estadual-de-redd-do-amazonas.pdf) [↑](#footnote-ref-4)
5. Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (IDESAM), Instituto BVRio, Instituto Centro de Vida (ICV), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Nature Conservancy Brasil (TNC Brasil), Conservação Internacional Brasil (CI Brasil), Earth Innovation Institute (EII). [↑](#footnote-ref-5)
6. A FAS é secretária executiva da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável para a Amazônia (SDSN-Amazônia), ligada a ONU e com o foco de disseminar soluções no território. Mais em <https://www.sdsn-amazonia.org/> [↑](#footnote-ref-6)
7. Como resultado do projeto da Janela A, a FAS desenvolveu uma *landing page* em seu site institucional para publicar ações e relatórios em parceria com outras organizações e o Governo do Amazonas. Disponível em <http://fas-amazonas.org/servicos-ambientais/> [↑](#footnote-ref-7)
8. [Planejamento Estratégico 2019-2030 do Consórcio Interestadual da Amazônia Legal](https://drive.google.com/file/d/1oS7NR_6X05LSxgNgSQOVi7tjAbIPlMd2/view?usp=sharing) [↑](#footnote-ref-8)
9. A FAS ficou entre as 30 melhores propostas entre mais de 1.800 inscritas. [↑](#footnote-ref-9)
10. Orientação sobre o preenchimento da lista de verificação e da tabela: <http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/operations1/undp-social-and-environmental-screening-procedure.html>. [↑](#footnote-ref-10)